

FLÁVIA CARNEIRO LEÃO

***A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA
PERMANENTE: A NORMALIZAÇÃO DESCRITIVA E A ISAD(G)***

São Paulo
2006

FLÁVIA CARNEIRO LEÃO

***A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA
PERMANENTE: A NORMALIZAÇÃO DESCRITIVA E A ISAD(G)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Área de Concentração: Cultura e Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciência da Informação e Documentação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Johanna W. Smit.

São Paulo
2006

Membros da Comissão Julgadora

Ana Maria de Almeida Camargo

Nair Yumiko Kobashi

Johanna W. Smit

Agradecimentos

À professora Johanna W. Smit, pela interlocução generosa e orientação arguta, que viabilizaram esta experiência acadêmica e de pesquisa.

Às professoras Heloísa L. Bellotto e Nair Yumiko Kobashi, pelo olhar atento e contribuição na qualificação.

Aos meus colegas de trabalho, por terem mantido vivo meu amor pelos arquivos.

À Cassia Denise Gonçalves, Patrícia Cano Saad, Lígia A. Belém, Maria Sílvia Holloway, Creuza A. Dias, Raquel Salek Fiad e Jaqueline Desbordes, pela amizade preciosa nos momentos de angústia e de celebração.

Aos colegas do curso de pós-graduação, pelo prazer em conhecer.

À Dona Zaia pelo capricho das encadernações.

Ao Juca que me impeliu a esta busca.

Aos meus pais que me acreditaram capaz desta autoria e me apoiaram cotidianamente.

À minha irmã Daniela e sua família que me acolheu e abriu as portas do seu cotidiano.

A Deus, Infinita Presença que motiva e sustenta todas as buscas.

Resumo: discussão do conceito de descrição arquivística face o processo de normalização descritiva internacional, que resultou na formulação da Norma Internacional de Descrição Arquivística, ISAD(G). O exame do desenvolvimento e das alterações conceituais referentes às diversas concepções da descrição arquivística serviu como base para a compreensão e para a avaliação da primeira proposta internacional de normalização descritiva formulada pelo Conselho Internacional de Arquivos, com especial ênfase nos arquivos permanentes. O resultado da análise aponta para a necessidade de adoção de um padrão mínimo para a descrição de documentos de arquivo. Um padrão que, atendendo aos princípios e práticas arquivísticas, seja consistente e permita a troca de informações entre instituições arquivísticas, o que é contemplado pela ISAD(G).

Palavras-chave: descrição arquivística – arquivos – descrição – ISAD(G) – representação da informação – Arquivística.

Abstract: discussion of the concept of archival description through the process of international descriptive standardization, that it resulted in the formulation of International Standard of Archival Description, ISAD(G). The exam of the development and of the conceptual alterations regarding the several conceptions of the archival description served as base for the understanding and for the evaluation of the first international proposal of descriptive normalization formulated by International Council of Archives, with special emphasis in the archives. The result of the analysis appears for the need of adoption of a minimum standard for the description of records. A standard that, assisting to the beginnings and archival practices, be solid and allow the exchange of information among archives, what is contemplated by ISAD(G).

Key-words: archival description – archives – description – ISAD(G) – representation of the information – archive science.

Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	8
3.	A DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA	12
3.1.	<i>O conceito de “descrição”</i>	12
3.2.	<i>As origens da descrição arquivística</i>	13
3.3.	<i>Princípios e propósitos da descrição arquivística</i>	22
3.4.	<i>O processo e o produto da descrição arquivística em arquivos permanentes</i>	24
3.5.	<i>A descrição arquivística no Brasil</i>	28
3.6.	<i>A normalização da descrição arquivística</i>	34
3.6.1.	Caracterização das normas.....	39
3.6.2.	As primeiras normas de descrição	42
3.6.3.	A normalização internacional.....	45
3.6.3.1.	A descrição arquivística na ISAD(G)	48
	A aplicação da descrição multinível.....	57
	Unidades e níveis de descrição	64
4.	CONCLUSÃO	72
5.	BIBLIOGRAFIA.....	75

1. INTRODUÇÃO

Ao observarmos as práticas descritivas das instituições arquivísticas brasileiras é possível percebermos a grande heterogeneidade das propostas de descrição documental utilizadas. Do mesmo modo, podemos constatar o número reduzido de instrumentos de pesquisa publicados e, sobretudo de acesso eletrônico a catálogos e inventários, sendo os guias a exceção.¹

Se, por um lado, podemos considerar que esse fato seja, em parte, reflexo do estado de desenvolvimento do próprio conhecimento arquivístico; por outro, o exame dessa realidade, em relação ao desafio da descrição da massa documental depositada nos arquivos brasileiros e de sua informatização, nos parece oportuna, na medida em que nos permite refletir sobre a natureza das informações a serem descritas, sua classificação, seu controle e distribuição. Além disto, diante da demanda de acesso eletrônico às informações arquivísticas e da possibilidade de intercâmbio destas mesmas informações entre várias instituições arquivísticas, é que se coloca a necessidade de analisarmos as questões atinentes à padronização da

¹ É possível constatar a utilização, por vezes concomitante, de normas próprias, desenvolvidas a partir de experiências locais, “com os documentos do próprio acervo”, com a aplicação de procedimentos importados de instituições com fundos e coleções de natureza semelhante, com a adoção parcial ou integral de normas biblioteconômicas. Segundo levantamento realizado pela Fundación Tavera, referente ao Brasil, dentre as instituições brasileiras pesquisadas, a maior parte não tem seus guias ou instrumentos de pesquisa publicados, nem disponíveis eletronicamente, e mais da metade delas tem menos de 50% de seus fundos descritos (Fundación Histórica Tavera, 1999, p 41).

descrição de documentos de arquivo, especialmente no caso dos arquivos de valor permanente.

Deste modo, o objeto deste trabalho é a discussão do conceito de descrição arquivística face o processo de padronização descritiva internacional, que resultou na formulação da Norma Internacional de Descrição Arquivística, ISAD(G).

Para abordarmos a questão apenas enunciada, julgamos oportuno recorrermos a um breve histórico sobre a origem do conceito de descrição como meio para analisarmos as principais concepções a ele relacionadas. Neste sentido, almejamos nos acercar daquilo que é caracteristicamente associado ao termo "descrição arquivística", ou seja, o que envolve o seu conceito. Quando se originou e como evoluiu. Quais os princípios que estão relacionados à descrição dos materiais de arquivo. Que influência a informática exerceu sobre os procedimentos de descrição. Quais os primeiros padrões descritivos e como se desenvolveu a primeira norma internacional para a descrição de documentos de arquivo, a ISAD(G).

Ao buscarmos respostas aos questionamentos acima, esperamos poder discutir o conceito de descrição arquivística e contribuirmos para uma melhor compreensão da atividade descritiva em arquivos.

Para embasarmos nossas reflexões e argumentos, realizamos uma pesquisa bibliográfica que buscou localizar as referências da produção brasileira na área de arquivos (artigos e livros), bem como as publicações estrangeiras que abordassem o tema da descrição arquivística.

A busca das referências bibliográficas teve como primeira estratégia a consulta a algumas bases de dados bibliográficas brasileiras, como a Unibibliweb², a base da biblioteca da ECA/USP, a do IBICT³ e a da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Minerva⁴. Este início de trabalho teve o intuito de localizar referências e de identificar a linguagem de indexação que poderíamos utilizar na pesquisa, assim como a utilização de filtros etc. Esta etapa inicial serviu nos aproximou dos recursos virtuais de pesquisa, servindo como uma espécie de aprendizado para o uso de outras bases de dados eletrônicas.

Desta forma, verificamos que algumas bases recuperavam os resultados mais pertinentes a partir do cruzamento dos termos **arquivos + descrição**, enquanto outras operavam com o termo **descrição arquivística** em seu vocabulário.

A partir dessa constatação, foram estas as duas principais estratégias adotadas em nossa pesquisa, embora também tenhamos utilizado os termos **arquivologia** e **arquivística** para “cercarmos” a busca nos casos em que a recuperação se mostrava insuficiente.

Na consulta às bases internacionais⁵, utilizamos filtros de idioma, selecionando os seguintes idiomas, além do português: inglês, francês,

² Unibibliweb: base de dados que reúne os acervos bibliográficos das três universidades estaduais paulistas: USP, UNESP, UNICAMP. Acessível em: <http://bibliotecas-cruesp.usp.br/>.

³ IBICT, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Acessível em <http://biblioteca.ibict.br/>.

⁴ UFRJ: base de dados Minerva. Acessível em: <http://www.minerva.ufrj.br/>.

⁵ A principal base pesquisada foi a LISA, mas também consultamos as bases ERIC, FRANCIS e INFOTRAC. Todas elas acessíveis a partir de <http://www.portaldapesquisa.com.br/databases>.

espanhol e italiano e, neste caso, os termos utilizados foram, respectivamente: *archives + description* e *archival description*, *archives + description* e *description archivistique*, *archivo + descripción* e *descripción archivística*, *archivo + descrizione* e *descrizione archivistica*.

Quanto à possibilidade de estabelecermos recortes cronológicos para a estratégia de pesquisa, optamos por não utilizar este tipo de filtro porque na maioria das bases a indexação de títulos é recente, sendo possível recuperar, em geral, apenas as referências de trabalhos editados a partir da década de 80⁶.

Assim, iniciamos a pesquisa pela base de dados Unibibliweb, que pode ser acessada através do portal do CRUESP⁷.

As etapas desta consulta foram:

Dentre as referências de artigos e de livros encontradas, verificamos que poucos eram os trabalhos que traziam alguma discussão teórica a respeito da descrição de documentos de arquivo. Em sua maioria, localizamos a referência de instrumentos de pesquisa, como guias, inventários, repertórios etc, relatos de experiências ou antigos manuais técnicos, que embora não tenham sido diretamente analisados neste trabalho, não deixaram de ser considerados.

Pesquisamos também as bases de dados das instituições de ensino brasileiras que oferecem curso de graduação em Arquivologia e que contam

⁶ Embora não tenhamos utilizado filtros cronológicos, tal limitação significou, de certa forma, um recorte cronológico na pesquisa.

⁷ CRUESP: Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, acessível em <http://bibliotecas-cruesp.usp.br/>.

com acesso *on-line* às suas bibliotecas. A saber: Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Universidade Federal Fluminense, UFF e Universidade de Brasília, UNB.

A fim de complementarmos a pesquisa, consultamos ainda as referências indicadas por *sites* de associações profissionais da área e por *sites* de instituições arquivísticas brasileiras⁸.

Quanto à produção existente em outros países, mapeamos um volume significativo de referências em *sites* estrangeiros⁹ e, neste caso, a estratégia utilizada foi a de pesquisar trabalhos sobre a teoria da descrição, bem como de textos a respeito de experiências de descrição utilizando normas nacionais ou aplicando a ISAD(G).

⁸ Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (<http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/>), Arquivo Nacional (<http://www.arquivonacional.gov.br/>), Arquivo Público do Distrito Federal - APDF (<http://www.arpdf.df.gov.br/>), Arquivo Público do Paraná - ARPR (<http://www.pr.gov.br/arquivopublico/>), Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (<http://www.fiocruz.br/>), Associação de Arquivistas de São Paulo - ARQ-SP (<http://www.arqsp.org.br/>) e Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB (<http://www.aab.org.br/>).

⁹ **Canadá:** *Archivianet* - <http://www.archives.ca/>, *International Council on Archives* - <http://www.ica.org/>, *Canadian Archival Information Network* - <http://www.cain-rcia.ca/>, *Canadian Council of Archives* - <http://www.cdncouncilarchives.ca/>, *The Association of Canadian Archivists* - <http://archivists.ca/>, *Canadian Archival Resources on the Internet* - <http://www.usask.ca/archives/>, *Bureau of Canadian Archivists* - <http://bca.archives.ca> e *Association des archivistes du Québec* - <http://www.archivistes.qc.ca>.

EUA: *Society of American Archivists* - <http://www.archivists.org/saagroups/descrip/>, *Library of Congress* - <http://www.loc.gov/> e Portal de Arquivos da Unesco - http://www.unesco.org/webworld/portal_archives/.

França: *Institut Pasteur-Service des Archives* - <http://www.pasteur.fr/infosci/archives/>.

Itália: *Sistema Archivistico Nazionale* - <http://www.archivi.beniculturali.it/>, *Associazione Nazionale Archivistica Italiana* - <http://www.anai.org/anai/>, *Associazione Italiana per la Documentazione Avanzata* - <http://www.aidaweb.it/>, *Associazione di ricerca archivistica* - <http://www.archi-lab.it/>.

Portugal: *Associação Portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas* - <http://www.apbad.pt>.

Reino Unido: *Society of Archivists* - <http://www.archives.org.uk/> e *Document in Information Science* - <http://dois.mimas.ac.uk>.

Esta parte do levantamento de pesquisa permitiu que localizássemos diversas referências de trabalhos sobre descrição arquivística que foram baseados na ISAD(G), sobretudo em publicações espanholas.¹⁰ Obtivemos também informações a respeito do andamento de discussões sobre aspectos pontuais da Norma, publicadas em *sites* de associações profissionais e de organismos estrangeiros, como o Conselho Internacional de Arquivos e a *Consejería de Cultura Española*, por exemplo. No entanto, como estes debates estão em curso, os resultados se encontram disponíveis de forma parcial ou resumida.

Pesquisamos, ainda, exemplos de aplicação da ISAD(G), como o do *Online Archive of Califórnia*¹¹, projeto cooperativo que reúne dezenas de instituições americanas, e o do Setor de Manuscritos da Biblioteca do Congresso Americano¹². Na Austrália, localizamos as páginas do *Australian Science and Technology Heritage Centre*¹³, o do *Guide to Australian Literary Manuscripts*¹⁴ e a do *National Archives of Austrália*¹⁵. Na Espanha, pudemos observar um número maior de *sites* institucionais aplicando a ISAD(G), como o *Archivo General de Andalucía*¹⁶, o *Instituto Andaluz Del Patrimônio*

¹⁰ **Métodos de información:** <http://www.metodosdeinformacion.com/>
ANABAD - Asociación Española de Archiveros, Bilbliotecarios, Museólogos y documentalistas: <http://www.anabad.org/>
Anales de Documentación: <http://www.um.es/fccd/anales/>
Ministero de Educación Cultura y Deporte: <http://www.mcu.es/lab/archivos/>
Associació d'Arxivers de Catalunya: <http://www.arxivers.com/>
Rediris – Foro sobre archivística: <http://www.rediris.es/list/info/arxiforum.es.html>
Consejería de Cultura - Junta de Andalucía: <http://www.junta-andalucia.es/cultura/>
¹¹ <http://www.oac.cdlib.org/>.
¹² <http://memory.loc.gov/ammem/>.
¹³ <http://www.austehc.unimelb.edu.au/>.
¹⁴ <http://findaid.library.uwa.edu.au/>
¹⁵ <http://www.naa.gov.au/>.
¹⁶ <http://www.aga.junta-andalucia.es/>

*Histórico*¹⁷, o *Archivo Municipal de Andújar*¹⁸ e o *Archivo de la Biblioteca General de Humanidades*¹⁹, entre outros. Todavia, a experiência de maior expressão e cujo resultado foi recentemente disponibilizado para acesso eletrônico é a dos *Archivos Espanoles en Red*²⁰.

Embora a quantidade de obras e trabalhos identificados seja considerável, a acessibilidade desse material é variável. Em alguns casos é possível obter, apenas, a referência bibliográfica do trabalho, em outros, conta-se com um resumo, e nos demais, o acesso integral aos textos é franqueado.

De posse dos trabalhos que pudemos obter, passamos à sua leitura e análise.

¹⁷ <http://www.iaph.junta-andalucia.es/>

¹⁸ <http://club.telepolis.com/vmaroto/>

¹⁹ <http://www.csic.es/cbic/BGH/>

²⁰ *Archivos Espanoles en Red* é um o Projeto do Ministério da Cultura Espanhol, cujo pioneirismo reside na difusão dos conteúdos culturais dos Arquivos Espanhóis através da WEB. Este projeto é a base de uma Rede de Arquivos Ibero-Americanos: IBERARCHIVOS, da qual o Brasil faz parte, e que pode ser acessado através do endereço: <http://aer.mcu.es/sgae/>.

2. A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação é uma das necessidades primordiais para a tomada de decisões e para a viabilização de processos de conhecimento nos dias de hoje e seu valor, em qualquer tipo de atividade, como numa decisão administrativa, econômica, de pesquisa científica ou tecnológica, está diretamente relacionado à sua capacidade de “orientar de forma econômica o dispêndio de energia para a realização desta atividade” (Marcondes, 2001, p. 1).

Para que possa cumprir este potencial, a informação relevante a um dado problema precisa, antes de tudo, estar disponível, pois além de sua existência, é necessário que ela também seja conhecida e que possa ser encontrada. Deste modo, e diante da profusão informacional dos dias atuais, não há outro meio de comunicar a alguém a informação de que necessita e de garantir seu acesso intelectual senão através da construção de uma representação.

Contudo, subjacente à idéia da representação está a redução. Então porque representar, se representar implica em reduzir, em condensar, em resumir? Porque representar, se representações são uma espécie de substituição, de cópia, de imitação...? Porque optar pela redução, pela perda dos detalhes, por aquilo que “apenas” simboliza o todo?

Porque quando admitimos a perda inerente a qualquer forma de representação e reconhecemos que é preciso perder para ganhar, o acesso às informações desejadas se torna operacional. Deste modo podemos organizá-las, podemos fornecer uma visão do todo, evidenciar seus traços principais, proporcionando o seu conhecimento através de suas partes. Sendo assim, o único meio de tornarmos as informações operacionais e acessíveis aos usuários é por meio da sua descrição, pois, se descrever é perder informações, paradoxalmente é também a única forma de obtê-las, uma vez que ao operarmos a redução própria de qualquer processo descritivo oferecemos ao usuário a possibilidade de gerenciá-las, de trabalhar com um número menor de dados, facilitando desta maneira, sua identificação e a avaliação de sua relevância, de forma a promover o seu acesso.

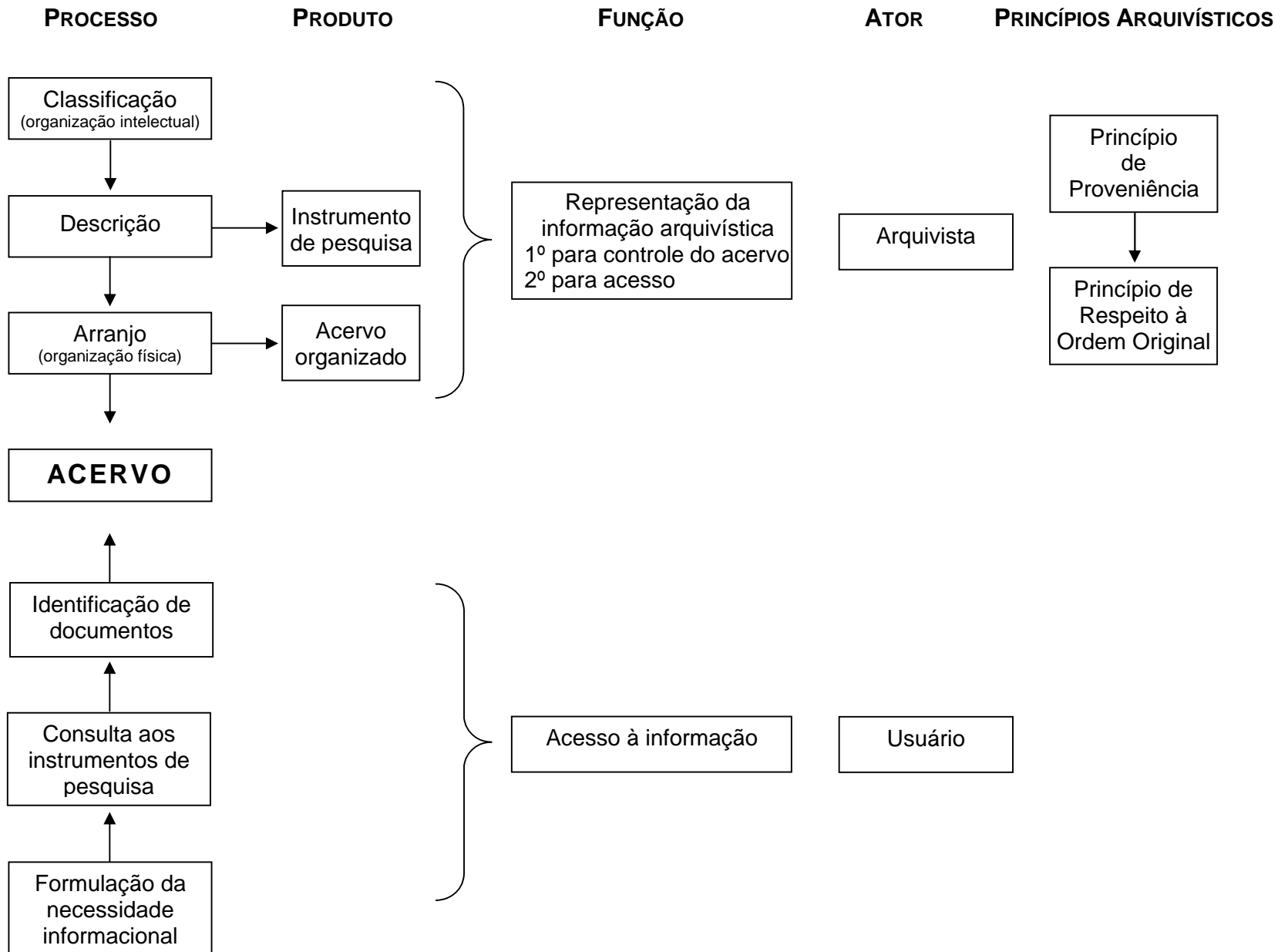
A atividade de representação da informação, como a classificação e a descrição, por exemplo, é uma atividade rotineira, entre outras desenvolvidas pelos profissionais de informação. Esquemas tradicionais de representação, e mesmo propostas recentes como metadados, em função de suas origens empíricas e práticas, se ressentem de uma maior fundamentação teórica com relação a seus aspectos representacionais.

Assim, nos propomos a uma reflexão teórica sobre esta prática, restringindo nosso enfoque a um dos meios utilizados para a representação de informações arquivísticas que é a descrição de documentos de arquivo. Esperamos que, com esta opção, possamos ter um melhor entendimento do

alcance e dos entraves relativos à descrição arquivística e, sobretudo da descrição normalizada dos documentos de arquivo.

Propomos a seguir, um quadro resumo dos processos arquivísticos que visam à representação da informação:

Processos Arquivísticos em Arquivos



3. A DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

O conceito de “descrição”

Analisar a origem e o desenvolvimento de um conceito pressupõe a recuperação do sentido e da evolução histórica de uma idéia, incluindo aquilo que é caracteristicamente associado **com** ou sugerido **por** um termo. No caso do termo “descrição”, o léxico diz que ele vem do substantivo latino *descriptio*, e que quer dizer “ato ou efeito de descrever; reprodução, traçado, delimitação”, e ainda “representação, imitação, cópia” (Houaiss, 2001, p. 972).

Já o verbo descrever, que também tem origem latina, significa “representar (alguém, algo ou a si mesmo), por escrito ou oralmente, no seu todo ou em detalhes, fazer um relato circunstanciado, contar em detalhes, narrar”. Descrever deriva da preposição *de* e do verbo *scrivere*, significando “escrever sobre ou a respeito de”.

Deste modo, podemos concluir que “descrição arquivística” significa escrever sobre material de arquivo, sustentando os objetivos de representação e de classificação.

As origens da descrição arquivística

Conhecer a origem da descrição arquivística e a concepção que dela se fez ao longo do tempo constituem aspectos esclarecedores sobre o papel que a descrição desempenhou e sobre o lugar que ocupou nas diferentes civilizações. Neste sentido, o histórico a seguir, embora não seja exaustivo, tem a intenção de contextualizar o objeto de nossa reflexão.

O vestígio mais antigo de descrição arquivística conhecido é um repertório de documentos em placas de argila, encontrado em arquivos privados de Nuzi (Yorgan Tepe) na Assíria e datado de 1500 AC (Duranti, 1993, p. 48). Segundo Ernst Poesner, estes registros descritivos eram preservados **para** o uso administrativo dos seus criadores e **por** seus próprios criadores. A recuperação dos documentos era baseada em seu arranjo físico, o qual era feito primeiramente por assunto e depois por ano.²¹

A partir desses primeiros dados, podemos depreender que o propósito da descrição não era o de orientar os usuários em suas pesquisas, nem o de tornar a localização de documentos mais fácil para o arquivista, nem sequer o de adquirir controle sobre diferentes fundos arquivísticos. Provavelmente, a razão para compilar repertórios fosse subsidiar a administração, além de permitir o transporte dos arquivos e a preservação do seu conteúdo em caso de deslocamento súbito, devido à guerra, incêndios etc. (Duranti, 1993, p. 48).

²¹ Ernst Posner, *Archives in the Ancient World*. Cambridge, MA, 1972. p. 63-70. Citado por Duranti, 1993, p. 48.

Poesner também nos relata que, nos monastérios e bispados dos impérios Romano e Bizantino, algumas regras eram observadas para a elaboração dos registros descritivos, e seus objetivos eram preservar o recebimento e a emissão de documentos, o que nos indica uma espécie de gestão do arquivo (Poesner, 1984, p. 3). Além disto, os documentos eram “copiados por usuários ou por escribas para a consulta externa, e recuperados com base em seu arranjo físico e em sua forma” (Duranti, 1993, p. 48). Estes relatos nos sugerem que esta prática possa ter sido uma primeira espécie de *registratur*²², e também, que o sentido deste tipo de descrição se relacionava, evidentemente, a uma das acepções do termo descrição: copiar.

Entre o décimo segundo e o décimo quinto século, nas cidades-estado européias, os inventários tinham como objetivo principal fornecer evidência da existência dos documentos e seu propósito secundário era preservar o material para o benefício de sucessivos custodiadores (Rousseau e Couture, 1998, p. 49 e Duranti, 1993, p. 49). Deste modo, “os documentos transferidos por cada órgão produtor tinham que ser mantidos em um ministério separados e listados de acordo com o seu arranjo físico” (Duranti, 1993, p. 49)

Neste período, nos países da Europa ocidental já se verificavam as primeiras legislações arquivísticas e, na Itália, por exemplo, “as compilações de inventários se tornaram um dos deveres do *archivarius*, expressamente

²² *Registratur* é um método, surgido na Alemanha, segundo o qual “qualquer peça recebida ou enviada por uma administração sobre determinado assunto era objeto de um registro, com um reenvio para o processo do assunto no qual devia ser classificado e ordenado” (Rousseau e Couture, 1998, p. 49).

regulado” (Duranti, 1993, p. 49). Sendo assim, é possível deduzir que, afora o objetivo de prover evidência da existência dos documentos, através da listagem dos atos de governo, o que dava a conhecer os seus conteúdos, havia a intenção de manter o controle sobre os acervos e de facilitar a recuperação das informações necessárias ao cumprimento das atividades.

Com a criação dos estados modernos europeus surge a centralização do poder, fato que deu origem aos grandes arquivos reais. Tal centralização requeria que os governantes soubessem muito mais sobre a vida dos governados do que na Idade Média e, assim, “a coleta regular e sistemática de informações se tornou parte do processo ordinário de governo na Europa” (Burke, 2003, p. 111).

Felipe II da Espanha, que tinha o apelido de *el rey papelero*, porque coletava e produzia muitos documentos “em seu afã de se informar sobre a vida de seus súditos” é um exemplo do que Peter Burke chama de “Estado do papel”, mas que não constitui uma exceção. Ao contrário, podemos citar Luís XIV, que “se vangloriava [...] de estar informado sobre as coisas” e, do mesmo modo “Frederico, o Grande, da Prússia, Catarina, a Grande, da Rússia e Maria José II, da Áustria” (Burke, 2003, p. 111 e 112).

O uso destes arquivos era basicamente jurídico-administrativo, não havendo utilização para a pesquisa acadêmica ou científica (Bellotto, 2002, p. 14). Deste modo, o conceito de descrição, expresso pela prática da compilação de índices e de ferramentas de referências, permaneceu ao longo de alguns séculos. Quem sabe a razão para esta intensa atividade descritiva não se deva ao fato dos arquivos das grandes monarquias serem

considerados os primeiros arquivos de concentração, no sentido que eles preservavam material criado desde a antiga Idade Média, como também pelos poderes soberanos. Assim, “a necessidade de controle físico e administrativo era sentida, não só por causa do objetivo de recuperação efetiva, uma operação que era principalmente conduzida com base em listas de localização e no arranjo físico dos próprios documentos, mas também para garantir que o repositório arquivístico cumprisse sua função de *perpetuação da memória*” (Duranti, 1993, p. 49).

Tal concepção, que advém de um conceito jurídico segundo o qual os documentos preservados nos arquivos são evidência autêntica e permanente de ações passadas, parece ter permeado o empenho dos arquivistas de então, e ter sido a razão principal para a preservação e para a descrição do material arquivístico.

No início da idade contemporânea, com a Revolução Francesa, temos então a reunião da documentação oficial dispersa em um Arquivo Nacional e o início da abertura dos arquivos aos cidadãos. “O uso, no entanto, prosseguia sendo o jurídico-administrativo, isto é, os documentos servindo somente como instrumentos de informação administrativa e como arsenal de testemunhos das relações Estado-cidadão” (Bellotto, 2002, p. 14).

Na segunda metade do século dezoito, a relação entre classificação e descrição arquivística foi drasticamente alterada devido ao desenvolvimento da história científica e pelo uso crescente dos arquivos para propósitos culturais. Bellotto afirma que é neste período, na esteira da

“história científica”, da história positivista, que surge nos arquivos a pesquisa feita por historiadores (Bellotto, 2002, p. 14).

De acordo com o que foi exposto, é possível inferir que, primeiramente, a descrição arquivística tinha como foco principal apenas o controle do acervo ou do arquivo e, no que se refere à organização documental, esta respeitava o agrupamento natural dos documentos e concluía com a localização física do material. Tal situação permaneceu estável até o fim do século dezanove, quando a descrição e a organização dos documentos se tornaram uma operação integrada.

Com as reformas administrativas ocorridas durante o Iluminismo, que determinaram o fechamento dos fundos produzidos pelos primeiros órgãos da administração, houve uma separação entre os órgãos²³ produtores de documentos e os arquivos. Foi então que os arquivos que detinham apenas fundos fechados começaram a assumir uma função cultural primária (Duranti, 1993, p. 49). Historiadores foram contratados para produzir documentos descritivos que, além de cumprirem os seus propósitos tradicionais, podiam conduzir os pesquisadores aos documentos mais relevantes. Como decorrência, os arquivistas começaram a idealizar métodos de organização que refletiam a ordem na qual o material tinha que ser apresentado nos instrumentos de pesquisa. “O modelo de classificação, indicado para facilitar estudos históricos, às vezes era cronológico, mas era principalmente por assunto, em harmonia com o modo de pensar racionalista e classificatório do décimo oitavo século, que refletiu o espírito do Iluminismo

²³ O termo *office*, utilizado por Luciana Duranti para caracterizar os órgãos da administração que eram produtores de documento, foi aqui traduzido por órgão.

e da *Encyclopedie*” (Duranti, 1993, p. 50). Assim, a descrição passou a ser estritamente ligada à classificação e, intelectualmente, ambos começaram a preceder e determinar o arranjo físico do material arquivístico.

“Os documentos eram descritos item por item, e os mais importantes eram resumidos, de forma que a sua descrição servia freqüentemente como um ‘substituto’ dos próprios documentos. Foi então que a idéia de unidade administrativa orgânica de fundos específicos foi encoberta pela da classificação universal. A abrangência do instrumento de pesquisa não era o fundo arquivístico, mas miscelâneas de documentos reunidos pela forma (como as coleções de diplomas que podem ser encontradas na maioria dos arquivos europeus) ou pelo assunto, ou o total de acervos do arquivo” (Duranti, 1993, p. 50).

Depois de quase um século classificando documentos de arquivos por assunto, o resultado foi que os fundos tinham sido desmembrados, os contextos documentais e administrativos perdidos e, até mesmo os itens, como os processos, os volumes e as páginas individuais, que tinham sido incluídas em miscelâneas de assunto, haviam sido desmembradas. Como decorrência desta prática, a citação do material consultado era feita de acordo com o assunto em que o mesmo havia sido classificado, de forma que o seu contexto de produção não podia mais ser identificado.

Foi então que a idéia de rearranjar fisicamente o material foi cogitada, mas como esta proposta resultaria em um esforço colossal, a alternativa encontrada foi utilizar a descrição como um meio de explicitar a ordem original do material. Desta forma, o arranjo físico tornou-se distinto da classificação, e as atividades de classificação e de descrição documental,

convergir em um empreendimento unificado de representação de informação.

Na realidade, para reconstruir os agrupamentos arquivísticos originais, os documentos incluídos nas miscelâneas tiveram que ser descritos primeiro de acordo com a sua ordem física, e então, até onde era possível, rearranjados em papel ²⁴.

No começo do século XX, quando um novo material começava a ser regularmente transferido aos arquivos, a adesão aos princípios de **respeito aos fundos** e de **respeito à ordem original** parece ter restabelecido uma situação anterior, na qual o tratamento arquivístico consistia em armazenar os documentos na mesma ordem em que eles haviam sido acumulados pelo seu produtor, a recuperação se baseava em listas de localização e em índices, e a descrição era feita para atender ao controle e ao uso administrativo.

Todavia, o respeito aos dois princípios acima enunciados não foi completamente efetivado, pois naquilo que se refere à organização dos fundos, aqueles que já haviam sido anteriormente organizados por assunto, cronologia etc tiveram sua organização mantida, enquanto que os demais passaram a ser classificados com base no conhecimento do órgão produtor, de suas estruturas, funções e atividades. Sendo assim, a descrição arquivística passou a refletir a proveniência e a ordem original (Rousseau e Couture, 1998, p. 49 e 50).

²⁴ Elio Lodolini, "L'Archivio di Stato di Roma dallo smembramento alla ricostituzione dei fondi". **Rassegna degli Archivi di Stato**, v. XLIV, n. 1, p. 43-56, 1984. Citado por Duranti, 1993, p. 51.

Deste modo, a descrição nem precedia o arranjo físico, nem tratava os documentos separadamente das suas relações contextuais, mas começava a atuar como uma representação, como um substituto, do material na sua ordem intelectual.

Neste sentido, Schellenberg contradiz a afirmação acima, escrevendo em 1961, que “a segunda coisa a se fazer no arranjo²⁵ dos documentos é torná-los acessíveis ao uso. Para se fazer isto é necessário arranjá-los e, assim, eles poderão ser efetivamente descritos. O arranjo, então, deveria também facilitar a descrição dos documentos” (Schellenberg, 1984, p. 151). Aqui, classificação e descrição são vistas como duas funções distintas, na qual a anterior é acomodada na posterior, sendo muito semelhante aos procedimentos dos arquivistas do século XVIII.

Assim, a descrição parece ter perdido progressivamente o objetivo de apenas prestar conta dos acervos à instituição custodiadora, buscando então facilitar a recuperação dos documentos e prover o acesso à informação a um público cada vez mais amplo.

Estes propósitos passaram a ser cumpridos pela compilação de catálogos, índices, repertórios e todos os tipos de instrumentos de recuperação. Desta maneira, o propósito primário de escrever sobre os documentos aos poucos passou a ser o de esclarecer as suas relações de proveniência e de contexto. Na literatura arquivística atual é bastante comum

²⁵ Arranjo: denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes (Camargo e Bellotto, 1996, p. 19).

lermos que os níveis de classificação são níveis de descrição ²⁶, assim como é possível encontrarmos afirmações de que o verdadeiro inventário é o da história do produtor, do modo como organizou suas memórias, e das relações internas de seus documentos.

Hoje, a descrição arquivística abandonou a idéia de atender ao interesse de uma determinada linha de pesquisa, das descrições analíticas, e passou a enfatizar o contexto e a função em lugar do conteúdo, iniciando uma nova associação conceitual. Seu propósito tem sido o de criar uma representação para os documentos que sirva à perpetuação da memória da sociedade, de prover evidência da existência dos documentos, de favorecer a consulta dos pesquisadores em geral e de determinar a significação do material ordenado, esclarecendo as relações de contexto e a relação interna dos documentos.

Portanto, o resultado da descrição não é outro que a preservação de significado, o exercício de controle, e a provisão de acesso, concepções que, consideradas em conjunto, refletem todas as idéias que foram associadas com o termo "descrição" ao longo dos séculos.

²⁶ Veja, por exemplo, o artigo de Oliver W. Holmes, "*Archival Arrangement. Five Different Operations at Five Different Levels*" (Holmes, 1984, p. 167), onde o conceito de fundo está baseado nas necessidades de controle administrativo e intelectual. A mesma abordagem se verifica nos escritos de Michael Cook, que considera a administração arquivística como uma parte da gestão da informação ("*The Management of Information from Archives*", 1986. p. 92-97), e no sistema de séries dos arquivistas australianos.

Princípios e propósitos da descrição arquivística

A descrição arquivística se apóia em quatro preceitos que estão diretamente relacionados à classificação dos materiais, a saber: a) o princípio de proveniência, b) o respeito à ordem original, c) a classificação determina a descrição e d) a descrição procede do geral para o específico.

O primeiro princípio é o princípio de proveniência, que é o princípio sobre o qual a descrição arquivística deve ser baseada, ao contrário da organização (Duff e Haworth, 1990, p. 28), pois é a proveniência que determina a estruturação interna dos fundos e condiciona o agrupamento natural dos seus documentos.

Segundo Michel Ducheim, “se em lugar deste método, fundamentado sobre a natureza das coisas, se propusesse uma ordem teórica, como seria o caso dos temas ou assuntos, os arquivos cairiam em uma desordem difícil de remediar”²⁷.

O princípio de proveniência é o princípio segundo o qual “os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (Camargo e Bellotto, 1996, p. 61).

Este princípio preconiza que os documentos devem ser classificados e descritos respeitando-se a mesma lógica na qual foram gerados, de modo que o significado contextual dos materiais não seja perdido. Afinal, os

²⁷ DUCHEIM, Michel. Le respect des fonds en Archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. **La Gazette des archives**, Paris, n. 97, 1977. Citado por Heredia Herrera, 2003 b, p. 3.

documentos terão seu potencial de uso administrativo, governamental e de pesquisa reduzido “se não forem evidência autêntica, incorrupta dos atos/contextos-de-pensamento dos seus produtores” (Pederson, 1994, p. 56).

O segundo preceito a ser considerado é o de respeito à ordem original que, “levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante a sua organicidade” (Camargo e Bellotto, 1996, p. 61). A manutenção deste princípio é fundamental e precisa ser respeitada para que os usuários possam discernir como uma pessoa ou uma instituição organizou os seus negócios, os métodos de recuperação que estes produtores utilizaram para a obtenção de informações, e que atividades permanentes desempenharam.

O terceiro ponto se refere ao fato de que a “classificação determina a descrição”, pois é ela que identifica a proveniência e a ordem original, precedendo-a necessariamente. É a descrição que consolida o ciclo de representação iniciado e estabelecido pela classificação.

Por fim, “a descrição procede do geral para o específico”, começando com os fundos, e caminhando por uma espécie de pirâmide invertida de grupos, de subgrupos, de séries, de subséries, de dossiês e de itens documentais. Sendo os fundos considerados como a unidade fundamental de descrição, a partir da qual tudo o mais deriva.

Deste modo, os registros descritivos deveriam caminhar paralelamente à proveniência dos fundos, e conseqüentemente, a

proveniência atuaria como entrada principal das descrições arquivísticas (Stibbe, 1992, p. 116).

Acatar os preceitos acima significa reconhecer que “cada documento tem uma estreita relação com sua origem de produção, que o situa no lugar preciso da estrutura do fundo e permite, a partir desta vinculação, a identificação para sua descrição” (Heredia Herrera, 2003 b, p. 3).

Todos estes quatro preceitos têm um propósito, que não é outro a não ser o de permitir que os usuários, sejam eles historiadores, administradores, cidadãos em geral, possam ter acesso à informação e, portanto, possam fazer planos, estabelecerem precedentes, avaliarem progressos e fazerem considerações, através da consulta a instrumentos de pesquisa e, conseqüentemente, aos documentos. Em outras palavras, do ponto de vista arquivístico, ter acesso à informação significa a construção de um acesso a uma informação contextualizada de acordo com suas condições de produção.

O processo e o produto da descrição arquivística em arquivos permanentes

A descrição de documentos é considerada como uma atividade única na Arquivística, porém a variedade de acepções que o termo possui é tão ampla, quanto a diversidade de estudos, manuais, dicionários e vocabulários dedicados ao assunto.

Antes de analisarmos a proposta de descrição promulgada pela ISAD(G), abordaremos algumas das principais concepções descritivas que a antecederam.

A primeira concepção por nós identificada aborda a descrição como um processo, a descrição pormenorizada das características internas e externas dos documentos.

Um segundo posicionamento é o que enfoca a descrição como um produto, ou seja, os instrumentos de pesquisa.

O terceiro ponto de vista se refere à finalidade da descrição, que é o de facilitar o acesso ao conteúdo dos documentos.

Deste modo, verificamos que a maioria das definições que precederam o surgimento da ISAD(G) se baseava em um dos pontos acima mencionados ou em mais de um, dependendo da importância dada a um ou a outro aspecto. Neste sentido, foi possível perceber a preponderância de duas vertentes principais: uma que equipara a descrição à elaboração de instrumentos de pesquisa e outra para a qual a descrição é uma atividade destinada à representação de documentos.

Quanto à abordagem que entende a descrição como um conjunto de atividades desenvolvidas com o objetivo de elaborar instrumentos de pesquisa para facilitar o acesso aos fundos documentais (Schellenberg, 1980, p. 202), ela combina dois dos aspectos já mencionados: o instrumento resultante de uma atividade, ou seja, os instrumentos de pesquisa e o

objetivo desta mesma atividade, que é o de facilitar o acesso ao conteúdo dos documentos.

Alguns teóricos propuseram definições muito semelhantes à acima, diferindo apenas no seu detalhamento. Antonia Heredia, por exemplo, definiu a descrição como “a parte da tarefa arquivística que engloba as diversas e variadas atividades desempenhadas pelo arquivista para elaborar os instrumentos que facilitam o acesso aos fundos” (Heredia Herrera, 1982, p. 15).

No Brasil, o Dicionário de Terminologia Arquivística editado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional São Paulo – estabelece que descrição é “o conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa” (Camargo e Bellotto, 1996, p. 23).

Na definição acima, podemos identificar dois dos aspectos abordados anteriormente, mas não aquele que se refere à facilitação do acesso ao conteúdo dos documentos, que se encontra subentendido, pois no mesmo dicionário, a questão referente à facilitação do acesso se encontra expressa no verbete relativo a instrumento de pesquisa: uma “obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e acesso ao acervo” (Camargo e Bellotto, 1996, p. 45)

“A equiparação de descrição e instrumentos de pesquisa é uma prática comum desde a publicação do *Manual de arranjo e*

descrição de arquivos, da Associação de Arquivistas Holandeses. Os franceses também fizeram esta equiparação em seu *Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques em France*. Do mesmo modo, Lodolini se aliou a esta corrente em *Archivistica: principi e problemi*. Na Espanha, Carmem Pescador não fala da descrição, mas diretamente dos instrumentos de informação (...) e, Michael Cook, na Grã-Bretanha, também identificava a descrição com os instrumentos de pesquisa (...)" (Zazo, 2000, p. 68).

O ponto comum entre as definições mencionadas é a tendência a identificar a descrição com os instrumentos resultantes da atividade descritiva, sendo várias as obras e manuais que ao invés de tratarem a descrição como uma operação, abordam diretamente os instrumentos de pesquisa, mesclando processo com produto. Paradoxalmente, do ponto de vista metodológico, esta questão, que nos parece essencial para os arquivos, ainda não foi suficientemente tratada pela literatura profissional.

Além daqueles que fundamentam suas definições sobre a descrição a partir da idéia do resultado de uma atividade, ou seja, dos instrumentos de pesquisa, há uma segunda vertente, cujas proposições se baseiam na atividade propriamente dita, isto é, na representação das características dos documentos.

Retomando o verbete sobre descrição do mencionado Dicionário de Terminologia Arquivística, podemos afirmar que a conceituação brasileira contempla tanto a idéia de produto/resultado de uma atividade, quanto a da atividade em si, ou seja, da representação das informações documentais: "conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos".

A descrição arquivística no Brasil

Um exame preliminar da literatura arquivística consultada indica que, até os anos oitenta, o conceito de descrição arquivística não estava estabelecido, e que até o início dos anos setenta o termo não estava nem mesmo definido.²⁸

A partir da bibliografia brasileira pudemos igualmente verificar que, de modo geral, as primeiras referências com as quais os arquivistas brasileiros tiveram contato foram estrangeiras. Identificamos entre os títulos editados no Brasil a existência de alguns manuais técnicos, como o lendário *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, da Associação de Arquivistas Holandeses, e algumas poucas traduções. Dentre elas, a tradução das principais obras de T. R. Schellenberg: *Manual de arquivos* em 1959, *Documentos Públicos e Privados: Arranjo e Descrição* em 1963 e, dez anos mais tarde, *Arquivos Modernos*.

Schellenberg caracteriza a descrição arquivística como uma atividade orientada para a elaboração de instrumentos de pesquisa, e que tem como objetivo “descrever os documentos para fins de descarte” ou “para fins de referência” (Schellenberg, 1973, p. 255).

²⁸ A maior parte da literatura arquivística consultada se refere à descrição do ponto de vista das metodologias descritivas desenvolvidas ou aplicadas às mais diferentes situações práticas, mas raramente aborda a descrição do ponto de vista teórico.

Ao abordar a descrição sob o ponto de vista dos instrumentos de pesquisa e ao relacioná-la ao descarte, o autor nos remete ao processo de avaliação documental, o que nos faz pensar em instrumentos de gestão documental, como tabelas de temporalidade, por exemplo. De outra parte, ao falar em descrição para fins de referência, Schellenberg, afirma que o “objetivo do trabalho descritivo é tornar acessíveis os documentos que se acham sob a custódia do arquivo”, e para isso, pragmaticamente propõe a elaboração de instrumentos de pesquisa variados, que teriam a função de “tornar os documentos conhecidos dos consultantes potenciais e facilitar, para o arquivista, as procuras neles realizadas” (Schellenberg, 1980, p. 202).

Ou seja, instrumentos que, na sua fase permanente, proporcionem controle e acesso aos acervos, como guias, inventários, catálogos, índices e repertórios. Esta concepção da descrição arquivística, como um processo para se estabelecer controle intelectual e físico sobre os acervos, é uma concepção bastante focada na elaboração de um produto: os instrumentos de pesquisa. Entretanto, vale observar que ela parece operar com duas categorias distintas de “produto”: aqueles que promovem controle intelectual e os que promovem controle físico.

É importante, aqui, fazermos a ressalva de que a visão de Schellenberg se insere na tradição arquivística americana que, diferentemente das posturas mais contemporâneas, que concebem o tratamento documental a partir de uma perspectiva contínua (*continuum perspective*), separa as sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, da sua produção à guarda permanente ou eliminação dividindo-

as em fase corrente, intermediária ou permanente, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário.

Assim, paralelamente ao uso de referências estrangeiras, os arquivistas brasileiros e as instituições arquivísticas nacionais perceberam os problemas decorrentes do uso de tais referências e de suas traduções pouco precisas. Então, puseram-se a trabalhar com o intuito de sanar possíveis equívocos, sendo que uma de suas primeiras iniciativas foi a elaboração, em 1971, de um instrumento de controle terminológico (Camargo e Bellotto, 1996, p. IX).

Alguns anos mais tarde, o Comitê de Terminologia Arquivística, da Associação dos Arquivistas Brasileiros, retomaria esse trabalho pioneiro, que resultou no projeto *Arquivos*.

Neste período, mais precisamente em 1976, um outro grupo, igualmente promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros²⁹ e, “destinado a estudar e definir alguns instrumentos de pesquisa que pudessem ser considerados básicos” (Migueis, 1976, p. 1), publicou o resultado de seu trabalho. Neste trabalho, Maria Amélia Porto Migueis divulgou o fruto da análise e da comparação das estruturas dos instrumentos de pesquisa, bem como dos termos usados para designar esses instrumentos tanto no Brasil como no exterior.

²⁹ O grupo de trabalho criado pelo presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Prof. José Pedro Esposel, era composto por Maria Celina Amarante (Arquivo Histórico da Fundação Casa de Rui Barbosa), Profa. Maria Luísa Dannemann, Profa. Maria Luíza Niemeyer, Marta Maria Gonçalves (Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores) e pela Profa. Maria Amélia Porto Migueis.

Entretanto, como esta iniciativa foi movida pela intenção de “oferecer aos arquivistas um mínimo de orientação”, ao contrário de formular um conceito de descrição arquivística, procurou estabelecer “os seis seguintes tipos [de instrumentos de pesquisa]: Guia, Índice, Inventário sumário, Inventário analítico, Catálogo e Repertório”, que se destinariam “a orientar os usuários nas diversas modalidades de abordagem de um acervo documental” (Migueis, 1976, p. 1).

Ao longo da década de 80, novos trabalhos tiveram seus resultados publicados, e mais uma importante tradução foi submetida à apreciação da comunidade arquivística³⁰, a do *Dictionary of Archival Terminology*. Em 1989, na Bahia, Rolf Nagel coordenou a elaboração de um *Dicionário de Termos Arquivísticos*. No mesmo ano, em São Paulo, o grupo coordenado por Ana Maria de A. Camargo e por Heloísa L. Bellotto apresentou o resultado preliminar de seu trabalho *Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a elaboração do dicionário de terminologia arquivística*, para a apreciação dos profissionais da área. A versão final deste trabalho resultou no *Dicionário de Terminologia Arquivística*, editado em 1996.

Assim, verificamos que, os anos 80, no Brasil, foram marcados pela busca de estabelecimento dos conceitos fundamentais da disciplina e, deste

³⁰ A tradução do *Dicionário de terminologia arquivística*, por Maria Odila Kahl Fonseca e Maria Amélia Porto Migueis, (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Dicionário de terminologia arquivística**. Trad. e rev. de Maria Odila Kahl Fonseca e Maria Amélia Porto Migueis. [s.l]: s.n., [1988]. 63 f.) foi entregue para a análise dos profissionais da área durante a realização da I Conferência Nacional de Arquivos, no Rio de Janeiro, em 1988 (Camargo e Bellotto, 1996, p. IX).

fato decorreram as edições de publicações especializadas³¹, as novas traduções, a consolidação de associações e de grupos de profissionais, e os cursos de formação profissional em Arquivologia.

Entretanto, acreditamos que tenha sido através da publicação de *Arquivos Permanentes: tratamento documental*, de Heloísa Bellotto³², no início dos anos 90, que a arquivística brasileira passou a operar com um conceito mais homogêneo de descrição, o de um “elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e sua solução, tornada possível através dos chamados instrumentos de pesquisa” (Bellotto, 1996, p. 103).

Em consonância com essa concepção, os arquivistas brasileiros passaram a dedicar um esforço significativo no que se refere à classificação e à descrição documental dos fundos e coleções sob sua custódia. Rotineiramente os profissionais prepararam instrumentos de pesquisa detalhados de seus acervos, no esforço de permitir que usuários pudessem encontrar os materiais relevantes aos seus interesses.

Todavia, analisando esses instrumentos de pesquisa é possível percebermos uma disparidade entre os modelos adotados para descrição dos acervos, sendo possível constatar a utilização, por vezes concomitante, de conceitos de origem divergente, de normas próprias – desenvolvidas a partir de experiências locais, “com os documentos do próprio acervo” –, com a aplicação de procedimentos importados de

³¹ Diversos Arquivos e Associações Arquivísticas investiram na edição de publicações especializadas como, o *Boletim do Arquivo* de Rio Claro, o *Boletim do CMU* da Unicamp, a revista *Arquivo & Administração* do Arquivo Nacional etc.

³² Embora a primeira edição de *Arquivos Permanentes: tratamento documental* tenha sido editado somente em 1991, a autora publicou ao longo dos anos 80 um grande número de artigos, em boletins, anais e revistas da área, que posteriormente deram origem ao livro.

instituições com fundos e coleções de natureza semelhante, e com a adoção parcial ou integral de normas biblioteconômicas. Percebemos ainda, que na busca pela melhoria da relação usuário/documentação do arquivo, as instituições buscaram adaptar seus instrumentos de pesquisa às demandas de linhas de pesquisa específicas e ao interesse de pesquisadores.

Se, por um lado, avaliamos que essa situação fosse, em parte, reflexo do estado de desenvolvimento do próprio conhecimento arquivístico; por outro, a análise dessa realidade, em relação ao desafio de uma descrição arquivística consistente, parece-nos oportuna, pois nos coloca diante dos próprios conceitos arquivísticos e de sua natureza.

Assim, podemos deduzir que a preocupação com o usuário, expressa pelo conceito acima, está diretamente relacionada ao uso dos arquivos por um público cada vez mais diversificado e geral. A ampliação do número de usuários de arquivos, e a crescente diversificação de seus objetivos e métodos, tornou impraticável para os arquivistas a administração e a orientação personalizada da consulta dos pesquisadores, bem como a adaptação das descrições arquivísticas às necessidades de pesquisas específicas.

Desta maneira, a descrição passou a ser vista como um meio de tornar o usuário independente do conhecimento especializado do arquivista, e a ter como principal objetivo a elaboração de instrumentos de pesquisa para um usuário não personalizado, que poderia ser um arquivista, um administrador, um pesquisador acadêmico ou um cidadão. Então, a atividade descritiva adquiriu um caráter não avaliativo, deixando de lado a

preocupação de contemplar demandas de pesquisa específicas ou de eleger documentos “mais importantes” para serem descritos. A consequência desta nova postura foi o reconhecimento, por parte dos arquivistas, de que para serem úteis a todo tipo de usuário, seus produtos não deviam atender a nenhum uso em particular. Desta forma, buscou-se descrever todos os documentos com a mesma profundidade, independentemente de sua “importância” para um gênero de pesquisa ou outro, e a descrição começou a enfatizar o contexto e a função em lugar do conteúdo. O desenvolvimento desta idéia, de certo modo, apontou para o fim da idéia da descrição voltada para o atendimento de pesquisas específicas, como também das descrições analíticas, e o começo de uma nova associação conceitual de padrões de descrição arquivísticos.

Este novo parâmetro veio se associar à chegada da informática aos arquivos, impondo uma nova discussão da prática e dos conceitos utilizados.

A normalização da descrição arquivística

As primeiras iniciativas de sistematização da descrição remontam ao século XVI. Bonal Zazo comenta, por exemplo, que Felipe II, em sua Instrução para o governo do Arquivo de Simancas de 1588, ao falar da realização do livro dos inventários afirmava que “as pessoas que, dali em diante, sucederem o dito cargo de arquivista deverão ter o particular cuidado de fazer o mesmo, cada um em seu tempo” (Zazo, 2000, p. 56).

Wendy M. Duff e Kent M. Haworth afirmaram em “*The Reclamation of Archival Description: the Canadian Perspective*” que, historicamente os arquivistas sempre usaram algum tipo de sistema para descrever os materiais que chegavam aos seus arquivos, mas até há pouco tempo, não existiam normas para a descrição arquivística. Independentemente do país, ou da instituição em que atuaram, ao invés de usarem normas, eles sucessivamente registraram informações usando manuais escritos por outros arquivistas ou por eles próprios. Estes manuais eram parte integrante no desenvolvimento de abordagens sistemáticas para a descrição e deveriam ser vistos como valiosos precursores para a elaboração de normas e manuais nacionais (Duff e Haworth, 1990, p. 27).

Neste sentido, diversos são os autores³³ a concordarem com o fato de o interesse pela normalização descritiva não ser algo recente.

Então, porquê, em 1992, Maria Guercio ainda perguntava aos participantes do XXI Congresso Internacional de Arquivos: “Qual a razão concreta para os arquivistas terem tido dificuldades em criar e aceitar normas?” (Guercio, 1994, p. 201).

O motivo deste atraso é o que tentaremos elucidar, a partir da análise de cinco questões que, na literatura, surgem como justificativas para a resistência à normalização, e que nos parecem derivar da singularidade dos arquivos e da teoria arquivística. As questões se encontram enunciadas a seguir, mas podem ser resumidas como segue:

1. o caráter único dos arquivos;

³³ Cook, Heredia, Fonseca, Weber, Bellotto, Stibbe, Feliu, Hagen, Cunnighan.

2. a influência do usuário/pesquisador;
3. a existência de diferentes realidades históricas, culturais, de formação, de organização e de funcionamento;
4. o isolamento e a independência dos arquivistas
5. a carência de recursos.

Assim,

1. a primeira questão a gerar resistência à normalização da descrição talvez possa ser, em parte, atribuída ao caráter único dos arquivos, o que tem levado os arquivistas à criação e à utilização de normas específicas em cada arquivo³⁴.

Esta postura, que pode ser confirmada pela diversidade de práticas descritivas verificadas em várias instituições arquivísticas nacionais e internacionais, evidencia a concepção de que cada arquivo considera seu acervo como sendo único. E, de fato, eles o são. Todavia, em uma perspectiva atual, é preciso ponderar que, na medida em que o tratamento conferido a um determinado acervo utiliza práticas descritivas específicas e particulares, o compartilhamento das informações deste acervo com os de outros arquivos fica comprometido, ou dificultado.

Nos parece que tal prática tem sido uma das responsáveis pelo isolamento dos arquivos e pelo tardio desenvolvimento de uma proposta de

³⁴ González Pedro, *La normalización en la descripción de archivos: un movimiento internacional*. Madrid, 1992. p. 83-90. Citado por Zazo, 2000, p. 57.

normalização, de um trabalho cooperativo, que viabilize o intercâmbio das informações arquivísticas.

Acreditamos, entretanto, que o caráter único dos acervos não tenha sido o único fator a determinar o distanciamento das normas, mas tendo influído decisivamente no desenvolvimento de normas gerais, impôs um desafio à normalização.

2. O segundo ponto a retardar a normalização nos arquivos diz respeito à influência negativa dos usuários no desenvolvimento das práticas normalizadas.

Durante muito tempo, o protótipo do usuário de arquivo foi o do pesquisador erudito e com amplo conhecimento do assunto estudado. Este usuário, “caracterizado pela sua laboriosidade e paciência na pesquisa, em geral não se fiava na informação ou exaustividade dos instrumentos de pesquisa e, geralmente, preferia acessar diretamente a documentação arquivada, sem a intermediação dos inventários, catálogos etc.” (Tarraubella i Mirabet, 1998, p. 4)

Contudo, nas últimas décadas o perfil dos usuários de arquivo vem se diversificando e este fato tem produzido um aumento do número de pessoas que consultam os acervos. Tal mudança tem demandado não apenas a melhoria dos procedimentos de descrição, que precisam atender às novas demandas informativas, mas sobretudo a uniformidade das práticas.

3. O terceiro fator a influir sobre a normalização dos arquivos tem sido a diversidade existente no âmbito da Arquivística, “diversidade que também está refletida nas estruturas de organização e funcionamento dos arquivos” (FELIU, 1995, p. 26) e na existência de diferentes realidades históricas, culturais e de formação.

A existência de tal diversidade pode ser compreensível, mas é preciso admitir que ela descaracteriza uma das principais funções dos arquivos, que é a sua função social. Se houvesse uma normalização mínima dos procedimentos, prover acesso a um público diversificado e geral, ou seja, ao cidadão, seria um objetivo possível de ser alcançado, ao passo que o atendimento a demandas de acesso particulares inviabiliza, por definição, qualquer perspectiva de normalização.

4. A quarta causa a refletir negativamente na utilização e na difusão de práticas normativas tem sido a forma como os arquivistas tradicionalmente vêm trabalhando, que, em geral, é “isolada, independente, e com critérios próprios adaptados às suas necessidades específicas” (Cox, 1994, p. 167).

Não obstante, no que se refere a este aspecto, alguns fatores têm contribuído para o rompimento dessa postura e, conseqüentemente, para a introdução de práticas cooperativas; de práticas que demandam o desenvolvimento de normas. Entre eles está o aumento do número de profissionais, a projeção que os arquivos vêm obtendo na sociedade, a informática e, sobretudo a influência de disciplinas afins.

5. Por fim, é oportuno destacar que a criação de normas técnicas necessita de respaldo econômico, e a Arquivística é uma área que, conhecidamente, dispõe de poucos recursos (Cox, 1994, p. 173).

Em resumo, podemos dizer que desde o início a normalização arquivística não tem integrado as prioridades da área, surgindo apenas agora como uma questão merecedora de atenção, particularmente em função da informática, através da qual a conexão, e o conseqüente intercâmbio, entre arquivos se tornou possível formando redes de arquivos.

Cabe ressaltar, ainda, que a necessidade de adoção de normas mais gerais e, portanto, menos “locais” se justifica não somente pela perspectiva de intercâmbio de informações, mas também pelo uso de sistemas informatizados, sejam eles compartilhados ou não.

Caracterização das normas

Discorrer sobre as normas e abordar suas características não é tarefa fácil e, por isso, procuramos identificar alguma definição que pudesse esclarecer o que é uma norma³⁵, e que a caracterizasse. Na falta de uma conceituação e, sobretudo de um conceito que se referisse às normas de caráter arquivístico, recorreremos ao léxico: “norma é aquilo que se estabelece como base ou medida para a realização ou a avaliação de alguma coisa” (Ferreira, 1987, p. 977).

³⁵ O objetivo desta discussão é abordar as normas em sentido *latu* e não jurídico.

Tal definição, que nos pareceu vaga e difusa para os propósitos desta reflexão, nos impôs a necessidade de esboçar alguns critérios que favorecessem uma maior aproximação do problema.

García Gutiérrez propõe cinco critérios para a distinção de tipos de normas: o carácter jurídico (público ou privado), o conteúdo, o âmbito de aplicação, os destinatários e o grau de profundidade na normalização (García Gutiérrez, 1985, p. 59 e 60).

No caso das normas de descrição arquivística, elas podem ser analisadas segundo a sua origem e, neste sentido, “elas podem ser externas (oriundas de áreas externas à Arquivística) e internas, que são as criadas especificamente para o desenvolvimento de trabalhos arquivísticos” (Zazo, 2000, p. 61). A título de exemplificação, assinalamos que normas como MARC AMC, MAD, RAD, ISAD(G) ou APPM³⁶, são normas de carácter interno, enquanto o AACR2³⁷, mesmo não sendo uma norma *stricto sensu*, mas um manual de catalogação que apresenta regras para a descrição de materiais, pode ser considerado como uma “norma” externa, uma vez que é originária da área da Biblioteconomia.

³⁶ O MARC AMC (*Machine-Readable Cataloging Record for Archival and Manuscripts Control*) foi adaptado, a partir do formato MARC, pela *Society of American Archivists*, SAA, em conjunto com a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.
O MAD (*Manual for Archival Description*) foi desenvolvido na Universidade de Liverpool com a participação da *Society of Archivists* e sob a direcção de Michael Cook.
A RAD (*Rules for Archival Description*) foi desenvolvida pelo *Bureau of Canadian Archivists* e pelo Conselho Canadense de Arquivos.
A ISAD(G) (*International Standard of Archival Description*) foi desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos, CIA.
O APPM (*Archives, Personal Papers, and Manuscripts*) foi desenvolvido por Steven Hensen, com o apoio da *Society of American Archivists* e da Biblioteca do Congresso Americano.

³⁷ AACR2: Anglo-American Cataloguing Rules, 2ª edição.

De um outro ponto de vista, podemos dizer que há as normas “que permitem normalizar a estrutura dos dados, as que normalizam o conteúdo de cada um dos elementos de descrição, as que padronizam os instrumentos de pesquisa e as que instruem a construção de linguagens de indexação” (Zazo, 2000, p. 59). Estes aspectos são constitutivos das normas de cunho profissional ou técnico, que têm como característica principal sua função normativa, pois regulamentam as práticas e os procedimentos de trabalho arquivístico.

No que diz respeito à profundidade alcançada pela normalização, David Bearman³⁸ estabelece quatro tipos de normas:

a) as que dispõem sobre sistemas de informação, e que definem as funções de cada componente dentro de um sistema de informação global, seja de um arquivo ou de uma rede. No caso de banco de dados referenciais bibliográficos, por exemplo, a norma ISO 2709 é uma referência tida como fundamental;

b) aquelas que definem a estrutura dos elementos informativos que devem compor um sistema de informação. Este tipo de norma regulamenta o “formato”, ou seja, os dados que devem ser incluídos em um sistema, mas não dispõe sobre o seu conteúdo.

c) As normas de conteúdo de dados, que são as que estabelecem que informação introduzir em cada elemento da estrutura de um sistema, como o APPM e a ISAD(G), por exemplo; e por fim,

³⁸ BEARMAN, David. Description standards: a framework for action. **The American Archivist**. v. 52, n. 4, p. 10, 1989. Citado por Zazo, 2000, p. 61.

d) existem as normas sobre o valor dos dados, que são as que estabelecem listas de nomes, códigos alfanuméricos, tabelas de termos ou outros dados utilizados em elementos específicos da estrutura de dados (Zazo, 2000, p. 61). Um exemplo a ser citado é a norma ISO 3166, que dispõe sobre o uso de abreviaturas para os nomes de países.

Estas caracterizações, embora sucintas, indicam que, para normalizarmos dados com o objetivo de criar sistemas de informação arquivística, “devemos ter em conta a dificuldade existente não apenas no nível do conteúdo dos dados, mas também no da estrutura desses dados” (Guercio, 1994, p. 203). Assim, a primeira iniciativa de normalização internacional da descrição arquivística, a ISAD(G), pode ser caracterizada como uma norma voltada para a definição dos elementos constitutivos de um sistema e, também, do conteúdo destes mesmos elementos.

As primeiras normas de descrição

A iniciativa de normalização descritiva, que teve como resultante a criação da primeira norma de descrição internacional, se iniciou no começo dos anos 80.

Em 1982, Steven Hensen adaptou vários capítulos da segunda edição das *Anglo-American Cataloguing Rules*, AACR2, para a descrição de documentos de arquivo. O resultado deste trabalho foi a obra *Archives, Personal Papers and Manuscripts*, APPM, que, respaldada pela Sociedade

dos Arquivistas Americanos, SAA, e pela Biblioteca do Congresso Americano, LC, alcançou natureza normativa nos Estados Unidos.

Poucos anos depois, em 1986, Michael Cook publicou na Grã-Bretanha um manual de descrição com características similares ao de Hensen, embora com um conteúdo mais detalhado, o *Manual of Archival Description*, MAD.

Seguindo um processo semelhante ao do trabalho de Hensen, o MAD surgiu da iniciativa pessoal de seu autor, tendo se convertido, posteriormente, em fonte normativa. Entretanto, a obra de Cook teve uma difusão menor que a de Hensen, mesmo que sua influência teórica tenha sido maior.

No final da década de 1980, os arquivistas canadenses começaram a publicar a terceira grande obra normativa de caráter nacional: as *Règles pour la Description des Documents d'Archives*, RAD.

Assim como o manual de Cook, a RAD canadense possuía um corpo extenso e detalhado de instruções normativas e, como o manual de Hensen, sofria uma forte influência biblioteconômica, fruto de sua origem comum: as Regras de Catalogação Anglo-Americanas. Sem dúvida, a singularidade da RAD residia no fato dela ter sido a primeira obra que, embora tivesse nascido com todas as características formais de qualquer “norma”, era o resultado de um consenso profissional, criada por um organismo nacional, com um forte caráter técnico, e de livre aplicação.

O desenvolvimento normativo norte-americano, canadense e britânico foi decisivo, e em boa medida influente, para que o Conselho Internacional de Arquivos, CIA, no início da década de 1990, envidasse esforços para a elaboração de uma norma internacional de descrição arquivística, contribuindo para configurar o caráter da norma produzida pelo CIA, a ISAD(G).

Entretanto, há que se observar que a principal referência subjacente às obras que fundamentaram a ISAD(G) é originária da Biblioteconomia e não da Arquivística, sendo um manual de catalogação, o AACR2.

As Regras de Catalogação Anglo-Americanas, 2ª edição –AACR2– propõem uma estrutura de dados, estabelecem os elementos de descrição e como descrevê-los, mas sendo prescritivas e pouco normativas, em diferentes momentos oferecem opções a serem utilizadas para a descrição, como o registro do “nome mais conhecido”, por exemplo, que são bastante discutíveis, além de pensar os documentos isoladamente, ou seja, de acordo com a lógica da Biblioteconomia. Esta característica contraria, a nosso ver, a concepção de qualquer norma, que deve padronizar procedimentos com o objetivo de reduzir variantes e proporcionar meios consistentes e eficazes para a troca de informações, evitando “interpretações” pessoais ou locais.

Neste sentido, normalizar significa “estabelecer, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto” (ABNT, s.d.) e, o AACR2 não se propõe a isto do ponto de vista arquivístico, quer dizer, não estabelece relações entre os documentos,

não trata dos conjuntos documentais, mas aborda os documentos como unidades isoladas e independentes, pois como sua origem é biblioteconômica, ele não contempla os preceitos fundamentais da Arquivística.

Por esta razão, causa estranheza que um código de catalogação biblioteconômico tenha sido a principal referência a fundamentar o desenvolvimento de uma norma de descrição arquivística.

A normalização internacional

A publicação dos manuais de descrição americano, britânico e canadense parecem ter evidenciado a necessidade da elaboração de normas gerais para a descrição de documentos. Todavia, uma questão desafiaria os profissionais incumbidos do desenvolvimento de um padrão descritivo internacional: a dificuldade em unificar as práticas descritivas de diferentes países, as quais apresentavam metodologias de trabalho, instrumentos de pesquisa e terminologias distintas entre si.

Por estas razões, e para que uma norma de descrição pudesse contar com o consenso geral, era desejável que esta proposta fosse feita por um organismo internacional, como o Conselho Internacional de Arquivos. Deste modo, o Conselho promoveu o desenvolvimento de um processo institucional, em nível mundial, com a representação de diversos órgãos arquivísticos nacionais.

O início desse processo se deu em 1988, em uma reunião promovida pelos Arquivos Nacionais do Canadá e pelo CIA, em Ottawa, na qual foi proposta a criação de um grupo de trabalho para a discussão de normas internacionais para a descrição arquivística. Esta sugestão foi acolhida pelo CIA que, em parceria com a UNESCO, passou a organizar uma série de encontros de trabalho para discutir a questão. Dentre eles, o de 1989, em Paris, onde foi realizada uma reunião consultiva para a elaboração de um plano de ação.

Em setembro de 1990, na Alemanha, ocorre a primeira reunião da Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição que elabora o esboço de uma *Declaração de Princípios*³⁹.

“Disseminado internacionalmente para críticas e comentários, esse documento foi revisto em Madri, em janeiro de 1992, passando a se constituir como *Statement of Principles Regarding Archival Description*. Na mesma reunião foi elaborada a primeira versão da ISAD(G). [...] Em 1993, em Estocolmo, a Comissão aprovou o texto da ISAD(G), encaminhando-o para publicação, sendo decidido que num prazo de cinco anos seria novamente revisto [...]” (Fonseca, 2001, p. 4).

A revisão foi concluída na terceira reunião plenária do Comitê, em Estocolmo, Suécia, e oferecida para publicação no início do ano 2000, tendo em vista o XIV Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilha, Espanha, em setembro do mesmo ano (CIA, 2000, p. 9).

Embora os primeiros resultados produzidos pelo CIA tenham chegado às mãos dos arquivistas brasileiros em torno de 1995, foi em 2000,

³⁹ *Declaration des principes*: documento emitido pelo CIA que define as bases da Norma Internacional de Descrição Arquivística, ISAD(G) (RUFÍ I PAGÈS, 1995, p. 19).

com a publicação da tradução brasileira da ISAD(G)⁴⁰ por parte do Arquivo Nacional, que passamos a dispor de uma versão em português, que permitiu o início das primeiras discussões sobre a norma.

Como dissemos anteriormente, o processo de normalização descritiva internacional se iniciou em 1988 no encontro de especialistas em Ottawa, e uma das resoluções foi a de que o CIA deveria “avaliar as normas e diretrizes existentes para determinar sua validade para a descrição arquivística” (Rufí i Pagès, 1995, p. 2).

Seguindo este indicativo, o grupo encarregado de elaborar o novo padrão apresentou um plano de trabalho que previa o exame dos padrões existentes em diferentes países. Desta maneira, os membros da Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição do CIA optaram por analisar “determinadas obras, as quais aparecem no primeiro documento elaborado: o *Statement of principles regarding archival description*” (Rufí i Pagès, 1995, p. 2).

Este documento pretendeu fixar os princípios que serviriam de base ao projeto em curso, elegendo como ponto de partida os já mencionados APPM⁴¹, RAD⁴² e MAD⁴³. Três obras surgidas nos anos 80 e que, estimuladas pelo surgimento das novas tecnologias, tiveram o objetivo de padronizar a descrição dos documentos de arquivo em seus países. Mas, vale lembrar, todas originadas de um código de catalogação bibliográfica.

⁴⁰ Acessível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/>.

⁴¹ HENSEN, Steven. **Archives, personal papers and manuscripts**: a cataloguing manual for archival repositories, historical societies and manuscripts libraries. 2 ed. Chicago: Society of American Archivists, 1989.

⁴² PLANNING COMMITTEE IN DESCRIPTIVE STANDARDS. **Rules for archival description**. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 1990.

⁴³ COOK, Michael e PROCTER, Margaret. **A Manual of Archival Description**. 2. ed. Aldershot: Gower, 1989.

3.1.1.1. A descrição arquivística na ISAD(G)

A ISAD(G) tem como objetivo o estabelecimento de diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, devendo ser utilizada em conjunto com as normas nacionais (CIA, 2000, p. 1). Tais diretrizes compreendem a identificação do nível de descrição dos documentos, do contexto no qual estão inseridos, das suas características extrínsecas e intrínsecas e dos seus conteúdos.

Na prática a Norma estabelece uma estrutura composta por 7 áreas de descrição, subdivididas em 26 elementos. Todos os elementos de descrição compreendem:

- a) o nome do elemento,
- b) seu objetivo,
- c) a(s) regra(s) a ele aplicável(is) e,
- d) exemplos que ilustram a aplicação da(s) regra(s).

Os elementos, se encontram distribuídos nas seguintes áreas:

1. Área de identificação, onde se registram informações essenciais à identificação da unidade de descrição, como o título e o nível da unidade que se está descrevendo; a(s) data(s), a(s) dimensão(ões) e a codificação.

2. Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição, a saber: o nome do produtor (entidade/pessoa física), sua história administrativa ou sua biografia, a história arquivística da unidade de descrição e sua procedência, ou seja, a origem do recolhimento ou da aquisição.

3. Área de conteúdo e estrutura, onde se registram informações sobre o conteúdo e a organização da unidade de descrição, tais como: os assuntos tratados e as espécies documentais integrantes, de forma a demonstrar as potencialidades do que está sendo descrito. Registram-se, ainda, informações sobre o sistema de classificação e sobre alterações na dimensão do conjunto, devidas a processos de avaliação, seleção ou de incorporação.

4. Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição. São apontadas as condições legais de acesso e de utilização da unidade de descrição, características físicas ou requisitos técnicos que afetam o seu uso, idiomas e existências de outras descrições realizadas anteriormente.

5. Área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que tenha uma relação importante com a unidade de descrição.

6. Área de notas, onde se indicam informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição e/ou qualquer outra informação que não tenha tido lugar nas áreas anteriores.

7. Área de controle da descrição, onde se registra informação sobre quando, como e por quem a descrição foi elaborada.

Diferentemente do que foi observado, no que diz respeito à descrição arquivística em suas origens (item 3.2), o conceito de descrição adotado pelos responsáveis pela elaboração da ISAD(G) é: “a elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo” (CIA, 2000, p. 4).

Tal definição, que rompe com algumas das concepções abordadas anteriormente, por outro lado, acrescenta aspectos já admitidos pela prática, mas ainda não incorporados pela teoria.

Dentre os aspectos abordados pela definição da ISAD(G) estão: o aumento do número de elementos informativos, a dissociação entre os conceitos de descrição e de instrumentos de pesquisa e o respeito ao princípio de proveniência.

Com respeito ao aumento do número de elementos informativos, é evidente que toda informação que favoreça a identificação da documentação, que explique o seu contexto de produção e que facilite sua compreensão, facilitando o seu uso, deve ser considerada como informação descritiva e, como tal, pode ser incluída na descrição. Assim, o que se verifica é que

naturalmente a maioria das normas tende a ampliar o rol de informações a serem descritas.

Quanto à dissociação entre o conceito de descrição e os instrumentos de pesquisa, seguindo a definição dada pelo CIA, os instrumentos de pesquisa podem ser um dos diferentes resultados possíveis decorrentes da atividade descritiva, mas o objetivo da descrição não é o de elaborar instrumentos de pesquisa, mas o de elaborar representações precisas de unidades de descrição; representações que em um contexto automatizado, podem ter diferentes formatos de apresentação e dar origem, portanto, a diferentes instrumentos de pesquisa.

Assim, podemos afirmar que a conceituação da ISAD(G) tem um caráter complementar ou adicional ao da aceção relacionada à elaboração de instrumentos de pesquisa e, neste sentido, “uma descrição poderia ser feita sem se recorrer diretamente ao material descrito, mas a partir dos instrumentos de pesquisa já elaborados” (Rufí i Pagès, 1995, p. 2).

No que se refere à inclusão do princípio de proveniência no conceito de descrição, esta não é uma prerrogativa do conceito adotado pela ISAD(G), pois as normas nacionais que a antecederam, notadamente a RAD e o MAD, também estabeleciam a relação entre a descrição e este importante princípio arquivístico, além de contemplarem, do mesmo modo que a ISAD(G), a inclusão de informação relativa ao contexto de produção documental.

Porém, antes mesmo da publicação da ISAD(G) é possível constatar a prática de se fornecer informação relativa ao contexto de produção em

instrumentos de pesquisa, assim como a de elaborar instrumentos que respeitassem a proveniência e o quadro de classificação, como o inventário, por exemplo.

Ao tecer seus comentários sobre a aplicação do princípio de proveniência pela ISAD(G), Antonia Heredia afirma que “tal princípio pode ser satisfeito simplesmente com o reconhecimento da vinculação de origem, institucional ou pessoal” e, sem se aprofundar na questão, acrescenta que, para tanto “se deve reconhecer dois níveis de aplicação”. Um primeiro que se refere “à vinculação imediata ou proveniência, identificada com a instituição ou pessoa geradoras, pois definitivamente, do fundo em questão”. Um segundo que tem a ver, necessariamente, com uma vinculação imediata, mais próxima, à unidade administrativa ou órgão ou à função ou atividade definida na estrutura da instituição, conhecida como produtor ou sujeito” (Heredia Herrera, 2003 b, p. 7). Neste sentido, é importante distinguir a proveniência do produtor para uma perfeita identificação na descrição arquivística, pois o “princípio de proveniência configura a metodologia arquivística em suas manifestações essenciais que são a classificação, a ordenação, a descrição” (Heredia Herrera, 2003 b, p. 8)

De acordo com esta perspectiva, é possível reconhecer que o mérito da ISAD(G) reside no fato dela estabelecer a obrigatoriedade desta prática, e de reafirmar a proveniência como um princípio fundamental da Arquivística.

Nos parece, portanto, que ao definir o acesso ao conteúdo dos documentos de forma contextualizada como o principal objetivo da descrição arquivística, a ISAD(G) promoveu a institucionalização de um conceito.

Na introdução, a ISAD(G) determina que, “se o fundo como um todo estiver sendo descrito, ele deverá ser representado numa só descrição. (...) Se for necessária a descrição das suas partes, estas podem ser descritas em separado. (...) A soma total de todas as descrições assim obtidas, ligadas numa hierarquia, representa o fundo e as partes para as quais foram elaboradas as descrições. Tal técnica de descrição é denominada descrição multinível” (CIA, 2000, p. 7).

A descrição multinível não constituiu exatamente uma novidade para os arquivistas, pois a maioria dos manuais de descrição que serviram como base para a elaboração da ISAD(G) de algum modo fazia referência à descrição multinível. “O APPM não mostra uma atenção particular em relação à complexidade da estrutura dos arquivos, ao passo que o MAD e a RAD (...) têm apontado, na teoria dos níveis de descrição, o método mais adequado para dar conta (...) das modalidades de ordenação dos fundos e das relações existentes entre o fundo e as suas partes” (Vitali, 1994, p. 312).

Embora a literatura consultada acuse a referência à técnica de descrição multinível nas obras que fundamentaram a ISAD(G), “na estruturação dos fundos, o caráter hierárquico e físico, rigorosamente unido à organização e à proveniência dos níveis de descrição, se relacionaria mais com as teses do MAD” (Rufí i Pagès, 1995, p. 104). O próprio Michael Cook nos relata, em “*Managing Machine-Readable Archives: Progress with Description and Exchange Standards*”, que “a regra multinível do MAD determina que descrições arquivísticas devem normalmente abarcar mais de

um nível de classificação”. E que “isto está completamente de acordo com a regra multinível introduzida na ISAD(G)” (Cook, 1994, p. 9).

De outra parte, o arquivista canadense Hugo Stibbe confirma igualmente que “o princípio fundamental da ISAD(G) de descrição multinível pode ser encontrado, ainda que usando terminologia diferente, no MAD e nas RAD. O APPM dá uma rápida atenção à questão da descrição multinível e não contém muitas regras para aplicá-la” (Stibbe, 1998, p. 3).

Sendo assim, podemos concluir que são, sobretudo o MAD e as RAD, as obras a influírem mais diretamente na definição deste procedimento descritivo chamado multinível.

Além das obras arquivísticas mencionadas, não devemos desconsiderar as duas outras obras que indiretamente influenciaram o conceito de descrição da ISAD(G), o AACR2 e o ISBD⁴⁴, Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada, que, de acordo com Mason, se encontra na base da RAD (Mason, s.d.). Neste sentido, observamos que o AACR2 incorporou em sua 2ª edição, de 1978, o disposto pelo ISBD (M) em sua edição de 1971, que por sua vez fundamentou a RAD e, conseqüentemente, a ISAD(G) na década de 80.

A ISBD, assim como o AACR2, concebe a descrição bibliográfica a partir de uma perspectiva de segmentação da informação, e estabelece que “a descrição em vários níveis é baseada na divisão da informação descritiva em dois ou mais níveis. O primeiro nível contém as informações comuns ao documento completo ou ao principal. O segundo nível e os níveis seguintes

⁴⁴ ISBD: International Standard for Bibliographic Description.

contêm as informações relativas ao volume ou a outra unidade individual. O processo continua para tantos níveis quanto os necessários para descrever a totalidade do documento e as suas partes” (IFLA, 2002, p. 73).

Embora não devamos equiparar a proposta de descrição bibliográfica em vários níveis à concepção arquivística de descrição multinível, por se tratarem de propostas originárias de áreas distintas, com objetivos distintos, e de aplicação idem, é possível traçarmos algumas comparações entre elas, já que a semelhança identificada parece sugerir, ao menos, uma inspiração para os autores da ISAD(G).

Sem pretendermos nos aprofundar em tal análise, mas julgando oportuno tal exercício, notamos que, em primeiro lugar, a descrição bibliográfica tem como resultado uma única descrição, que objetiva dar conta da totalidade de um dado documento, ao passo que no âmbito arquivístico, a descrição multinível objetiva esclarecer as relações existentes entre o fundo e suas partes, sendo elaboradas tantas descrições quantos níveis a serem descritos. Em segundo lugar, há a natureza do material a ser descrito: documentos independentes, no caso das bibliotecas, e conjuntos documentais, no caso dos arquivos.

Além disso, vale ressaltar que as prescrições estabelecidas pelo ISBD e pelo AACR2 se referem ao “documento” do ponto de vista biblioteconômico, ou seja, do “documento” como um todo ou das partes que o compõem. No entanto, este todo permanece sendo uma obra individualizada e, portanto, de acordo com a teoria biblioteconômica, deve ser descrita isoladamente. Contudo, do ponto de vista arquivístico o objeto a

ser descrito nunca é o documento individualizado *stricto sensu*, mas seu contexto de produção e, por esta razão, podem ocorrer várias descrições, com informações diferentes de acordo com o nível a ser descrito, incluindo o de item documental.

Assim, mesmo que a técnica de descrição multinível possa ser verificada tanto nas concepções arquivísticas quanto nas biblioteconômicas, sua aplicação remete a conceitos diferentes e a aplicações distintas.

Ao que tudo indica, há algum tempo que o recurso de segmentação da informação em níveis vem servindo como base para as práticas descritivas, seja na área da Biblioteconomia como na da Arquivística, independentemente da denominação recebida; embora sua proposta de segmentação da informação em partes adquira contornos distintos em cada uma das áreas mencionadas.

Deste modo, parece-nos possível inferir que assim como a Arquivística incorporou técnicas de descrição oriundas da Biblioteconomia, adaptando-as às suas demandas, a ISAD(G) normalizou uma prática que era já usual, ao menos parcialmente, nos arquivos de todo o mundo. De qualquer maneira, é evidente que para que a norma pudesse ser aceita, ela precisava incorporar os critérios de descrição existentes no contexto internacional e respeitar os princípios básicos das práticas arquivísticas nacionais.

Conseqüentemente, no que diz respeito à origem da técnica de descrição multinível, e de acordo com o que foi exposto até o momento, acreditamos que ela tenha tido uma origem múltipla.

Esta origem é formada, em parte, por aqueles que afirmam que ela provém das técnicas de descrição biblioteconômica, em parte é constituída pelos que acham que a origem se encontra nas obras normativas usadas como fonte para a elaboração de ISAD(G) e, por último, há os que consideram que a descrição multinível sempre foi uma prática comum no âmbito arquivístico.

Se deixarmos a primeira opção de lado, é possível concluirmos que os princípios que inspiraram a proposta de descrição multinível da ISAD(G) já estavam presentes nas práticas descritivas anteriores ao desenvolvimento da Norma, mas nos parece igualmente verdadeiro que os diversos manuais e obras normativas nacionais contribuíram para a definição deste tipo de descrição e para o estabelecimento de sua técnica de aplicação pela ISAD(G).

▪ **A aplicação da descrição multinível**

Jaume Rufí i Pagès aponta a existência de dois tipos de descrição: a descrição multinível e a descrição isolada de um só nível e, acrescenta que esta última encontra sua maior utilidade no intercâmbio de informação arquivística (Rufí i Pagès, 1995, p. 103), embora sua finalidade também seja

a de obter controle do arquivo, de elaborar instrumentos de pesquisa e, conseqüentemente, de favorecer o acesso.

Analogamente, existem duas formas de aplicação da técnica de descrição multinível que são complementares: a primeira descreve cada uma das partes que integram o fundo e a segunda relaciona hierarquicamente as partes descritas.

A descrição das partes

A descrição das partes, em uma perspectiva multinível, é constituída pelo paralelismo existente entre os agrupamentos documentais e a descrição, sendo que a cada nível de classificação corresponde um nível de descrição.

O quadro de classificação, portanto, é a base para esta descrição e, neste sentido, se cada série, se cada documento, for acomodado adequadamente em um quadro de classificação bem elaborado, as informações sobre a instituição, a pessoa, as atividades etc. serão mais consistentes do que se fossem descritas de forma solta, sem relação com a sua proveniência. Como diz Ducheim, “descrição e classificação não podem separar-se” (Ducheim, 1991, p. 470) ⁴⁵.

⁴⁵ Antonia Heredia tem se manifestado freqüentemente a este respeito, afirmando que “dificilmente se pode entender a descrição isolada da organização” (Heredia Herrera, 1987, p. 219).

De acordo com este raciocínio, nos parece que, para uma adequada aplicação desta técnica, se torna essencial classificar o arquivo antes de descrevê-lo, pois é através do quadro de classificação que poderemos estabelecer cada uma das partes que serão objeto da descrição. Neste sentido, alguns autores afirmam que a classificação determina de tal maneira a descrição, que “o quadro de classificação é o primeiro instrumento de descrição de um arquivo” (Gallego Domínguez e López, 1991, p. 212).

Por conseguinte, é desejável e oportuno, organizar minimamente a documentação antes de descrevê-la. O que queremos dizer aqui é que, em nossa visão, para que um processo descritivo seja iniciado não é absolutamente necessário que o fundo esteja totalmente classificado e que a classificação tenha sido esmiuçada. Contudo, reconhecemos que somente quando a classificação estiver finalizada é que será possível, em uma segunda fase, realizar a descrição definitiva.

Desta maneira, não é preciso que a organização a ser empreendida seja exaustiva, mas ela deve necessariamente resgatar o sentido do todo e dar a conhecer, pelo menos, as séries e a quantidade de unidades.

Segundo Vicenta Cortés, “a descrição tem que ser enfrentada, primeiro, com a organização das unidades (por mais sumária que seja), para o armazenamento das séries nas seções e para a ordenação das peças. Para todas estas atividades, há que se contar, como já podemos fazê-lo, com os quadros e distribuição das séries, a tipologia. Há que saber, pelo menos, as séries existentes e a quantidade de unidades ordenadas, para

armazená-las de maneira que, simplesmente descritas, possam ser recuperadas a qualquer momento” (Cortés Alonso, 1991, p. 20).

A afirmação acima evidencia a necessidade de elaboração de um quadro de classificação que identifique, por exemplo, as diversas unidades de descrição, delimitando as séries documentais, indicando sua localização e fornecendo o seu volume, de modo a conferir, entre outras coisas, o controle sobre os fundos e o resgate do seu sentido.

Portanto, em um primeiro momento a classificação não precisa ser minuciosa, podendo ser geral, de forma a permitir um conhecimento, mais intelectual que físico, dos conjuntos documentais.

Isto quer dizer que o processo descritivo pode ser iniciado sem que o fundo esteja completamente organizado.

Na prática, a identificação das unidades de descrição se produz durante o processo de classificação; por esta razão, na opinião de Hugo Stibbe, “o CIA optou por uma norma de descrição de agrupações mentais em lugar de uma norma de descrição de unidades documentais”.⁴⁶

Assim, concluímos que é a classificação que organiza o todo do arquivo e, neste sentido, é ela que permite conferir sentido a este todo. Ao organizarmos o sentido do todo, torna-se possível a identificação e a descrição das suas partes (grupos, séries, subséries etc), uma vez que estas, ao fazerem parte do todo, carregam uma parte do seu sentido ou contribuem para o seu significado e compreensão. Afinal, não é possível compreender

⁴⁶ Stibbe, Hugo. **Multilevel description in archives**, conferência realizada no Internacional Standard for Archival Description Seminar. México: 20-21 de set. de 1993. 8 p. Citado por Zazo, 2000, p. 65.

ou descrever as partes, se não entendemos o todo dentro do qual as partes adquirem seu sentido próprio.

A descrição da hierarquia

A segunda dimensão da técnica multinível consiste em relacionar hierarquicamente as descrições resultantes da fase anterior⁴⁷, e este é o aspecto mais inovador da proposta de descrição da ISAD(G), já que pressupõe a inclusão e conseqüente representação da estrutura de classificação mediante a descrição. Esta característica tem significado uma mudança substancial no processo de descrição de documentos, já que transpõe a aplicação do princípio de proveniência para a descrição, além de permitir o desenvolvimento de uma descrição integral do fundo. Além disto, vale reafirmar que ao prescrever que a descrição deve facilitar o acesso ao conteúdo dos documentos e ao caracterizar este “conteúdo” como uma informação sempre contextualizada e nunca isolada, a ISAD(G) institucionalizou um conceito de informação arquivística.

No que se refere à incorporação do princípio de proveniência à prática descritiva, após a elaboração do guia de fundos de um arquivo, instrumento considerado indispensável em toda política de descrição, o inventário é o instrumento de pesquisa a ser priorizado, sendo seguido pelo catálogo. Nesta espécie de “hierarquia” dos instrumentos de pesquisa, que

⁴⁷ Como estabelece a ISAD(G): “A soma total de todas as descrições assim obtidas, ligadas numa hierarquia representa o fundo e as partes para as quais foram elaboradas as descrições” (CIA, 2000, p. 7).

toma por base o detalhamento progressivo das informações descritivas, o princípio de proveniência se encontra incorporado a todas as modalidades, mesmo que em representações distintas.

No caso do guia, por exemplo, embora ele seja caracterizado como um instrumento de pesquisa de enfoque mais abrangente, tendo como finalidade a descrição dos recursos de um determinado arquivo, de seus serviços, seus fundos..., ao descrever os fundos, certamente será preciso descrever o seu plano de classificação.

Quanto ao catálogo, embora ele possa ser elaborado de forma a representar a ordem de classificação de um fundo, ele não precisa necessariamente respeitá-la, caso tal opção não seja avaliada como a mais adequada ou oportuna em um dado momento.

Já o inventário é o instrumento descritivo a possibilitar a representação do princípio de proveniência de modo mais completo e integral, pois é o único instrumento, segundo Bellotto, a descrever os fundos na mesma ordem do plano de classificação (Bellotto 2004, p. 197).

Assim, se no procedimento de montagem do inventário a ordem da classificação deve ser respeitada, esta ordem, que é fundamentada no princípio de proveniência, se estrutura a partir dos níveis superiores⁴⁸, declinando para os inferiores⁴⁹. A descrição de tal estrutura pressupõe a

⁴⁸ Denominamos níveis superiores àqueles níveis compreendidos entre o fundo e a subsérie e que são caracterizados por serem níveis de classificação arquivística, definidos a partir da proveniência.

⁴⁹ Níveis inferiores são aqueles compreendidos entre o nível de dossiê/processo e o de item documental. Diferentemente dos níveis superiores, são compostos por unidades físicas, tangíveis e reais, que, por agrupamento natural, constituem os níveis superiores.

necessidade de se apresentar, primeiro, o nível mais alto, que é o do fundo, descendo na representação das partes que o compõem, de tal maneira que aos poucos se obtenha uma descrição integral do mesmo.

A indicação da aplicação do princípio de proveniência a todas as fases da descrição demanda, necessariamente, a indicação da localização intelectual que ocupa um documento ou um conjunto de documentos no fundo com respeito aos demais documentos ou conjuntos documentais. Este lugar, que é intelectual, e não físico, é o que determina o caráter e a identidade documental, pois é ele que evidencia o contexto de produção da documentação.

Portanto, nos parece evidente que para representarmos a hierarquia documental de modo coerente com as prescrições da ISAD(G), devemos, primeiro, descrever o fundo globalmente e, em seguida, ir descendo através da estrutura dos conjuntos até chegarmos aos seus itens documentais, se este for o caso. Este procedimento demanda obrigatoriamente um planejamento descritivo que permita a definição da profundidade de descrição que se queira alcançar e, este limite deve ser pautado pelas necessidades dos usuários, pela natureza do fundo, e pelos recursos humanos e materiais disponíveis.

- **Unidades e níveis de descrição**

De acordo com a ISAD(G), unidade de descrição é o “documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratado como uma unidade, e que, como tal, serve de base a uma descrição particularizada” (CIA, 2000, p. 6).

Françoise Hildesheimer, em seu estudo RAMP sobre a elaboração de guias e instrumentos de pesquisa afirmava, em 1983, antes do surgimento da ISAD(G), portanto, que: “um dos principais problemas que se apresentam a quem prepara um guia é determinar a unidade de descrição, e a prática até agora aplicada varia consideravelmente segundo os países: descrição por fundos ou séries, por grupos e classes, grupos e subgrupos, e inclusive, algumas vezes, por temas” (Hildesheimer, 1983, p. 16).

Do ponto de vista terminológico, o conceito de unidade de descrição tem sido discutido por diversos autores. Couture e Rousseau, que preferem utilizar o termo unidades de trabalho, afirmam que elas “baseiam-se todas na realidade arquivística” e defendem que uma “compreensão comum das unidades de trabalho viria favorecer um uso uniforme, permitindo que a informação possa ser igualmente tratada de maneira contínua, até mesmo normalizada” (Rousseau e Couture, 1998, p. 129 e 130).

O debate terminológico acerca deste termo inclui obviamente a adoção de tal expressão pela ISAD(G), que vem sendo alvo de discussão e de crítica. Roberto Cerri, por exemplo, argumenta que, “antes de existirem como unidades de descrição, as entidades arquivísticas a serem descritas

existem por si mesmas” e, neste sentido, o arquivista italiano propõe que o termo a ser utilizado para se fazer referência aos documentos ou conjuntos de documentos a serem descritos seja “objeto arquivístico” (Cerri, 1992, p. 123).

Antonia Heredia, ao abordar a mesma questão, também considera necessária a definição do termo, e sugere “unidade arquivística” como denominação mais adequada para se fazer referência ao objeto da descrição (Heredia Herrera, 1995 b, p. 24).

No Brasil, o Dicionário de Terminologia Arquivística define unidade de descrição como “informação, documento ou conjunto de documentos que se tomam por base, independentemente de sua classificação, para a elaboração de instrumentos de pesquisa” (Camargo e Bellotto, 1996, p. 76).

Da mesma maneira que as definições anteriores, esta conceituação estabelece a correspondência entre o documento ou um conjunto de documentos e a descrição, porém, acrescenta também a “informação” como objeto da descrição. E, “informação”, segundo o mesmo dicionário, é definida como “todo e qualquer elemento contido em um documento” (Camargo e Bellotto, 1996, p. 44).

Com exceção da correspondência estabelecida pelo Dicionário de Terminologia Arquivística entre “informação” e “unidade de descrição”, tal conceito não contradiz a aceção do CIA, sendo compatível com o que a Norma preconiza. De qualquer modo, ainda que careçam de uma denominação formal, as unidades de descrição existem e são todas aquelas

unidades documentais a partir das quais se pode criar uma descrição arquivística.

Assim, a partir de uma perspectiva multinível é possível afirmar que a definição de unidade de descrição está diretamente relacionada ao conceito de nível de descrição e, que o objeto da descrição é a unidade de descrição.

Quanto aos níveis de descrição, a ISAD(G) faz a indicação de seis níveis: fundo, seção, série, subsérie, dossiê/processo e item documental, e afirma que como “existem níveis de descrição com diferentes graus de detalhamento, apropriados para cada nível de arranjo”, “níveis intermediários” podem ocorrer. Desta maneira, a Norma admite que “cada um dos níveis pode ser novamente subdividido, de acordo com a complexidade da estrutura administrativa e/ou funções da entidade que gerou os documentos e a sua organização” (CIA, 2000, p. 12).

O objetivo do elemento “nível de descrição” é, segundo o CIA, o de “identificar o nível de organização da unidade de descrição” e a regra estabelecida para seu preenchimento determina que se “registre o nível desta unidade de descrição” (CIA, 2000, p. 22).

A aparente facilidade no emprego de tais prescrições poderia se justificar a partir da indicação elementar dos níveis de descrição, o que levaria a um simples enunciado dos mesmos. Mas, diante da discussão terminológica e conceitual a respeito das unidades de descrição – que, como vimos anteriormente, são as que determinarão o estabelecimento dos níveis

de descrição –, e tendo verificado a existência de uma quantidade variável de níveis de descrição nas diferentes obras normativas, autores, grupos de trabalho e países, avaliamos que o esclarecimento de tal questão não deva vir do simples enunciado dos níveis mais reconhecidos na bibliografia arquivística, mas ao contrário, necessita de um esclarecimento capaz de circunscrevê-los de forma mais precisa e homogênea, já que disto decorre a descrição.

Então, se a cada unidade de descrição corresponde um nível de descrição, nos parece que tal correspondência não deva ser uma decorrência da eleição daquilo que se descreve, nem do reconhecimento que dele se faça. A indicação do nível de descrição deve situar na hierarquia documental a unidade que se descreve para, a partir de então, representar a referida unidade com os dados requeridos arquivisticamente pelo referido nível. Sendo assim, o nível de descrição deve corresponder à hierarquia do fundo e não do organograma de uma instituição cujo fundo descrevemos.

Deste modo, a referência ao nível de descrição ao qual se referem as informações registradas não seria, por exemplo, a “Diretoria” (1) como nível de descrição mais alto, seguida pelo da “Gerência Técnica Financeira” (2), com seus serviços de “Tesouraria”, “Pessoal” etc (3), mas, o fundo, o grupo, a série etc.

Neste sentido, acreditamos que os níveis de descrição não tenham que equivaler exatamente aos níveis hierárquicos de uma estrutura administrativa, ainda que, naturalmente a relação tenha que existir. Um

exemplo capaz de esclarecer este ponto de vista pode ser pensado a partir das classificações funcionais, por exemplo.

A definição adotada pelo CIA para o elemento nível de descrição é: “A posição da unidade de descrição na hierarquia do fundo” (CIA, 2000, p. 15).

Posto desta maneira, nos parece que esta conceituação possa sugerir que os níveis ou posições dos documentos afetem apenas as divisões hierárquicas do fundo e não ao todo que é o fundo e principal unidade de descrição, ainda que isto possa ser evidente.

É importante destacar que, em nenhum momento o texto da Norma se refere de forma explícita à coleção, distinguindo e enumerando apenas os níveis afetados pela estrutura hierárquica do fundo.

Além da sua definição no glossário⁵⁰ a única referência à possibilidade descritiva de uma coleção é feita em uma nota que afirma que “as mesmas regras usadas para descrever um fundo e suas partes podem ser aplicadas à descrição de uma coleção” (CIA, 2000, p. 12).

Por outro lado, ao estabelecer o objetivo deste elemento, que é o de “identificar o nível de organização da unidade de descrição”, e ao especificar uma regra para sua aplicação, a Norma apenas determina a necessidade de “registrar o nível da unidade de descrição”.

⁵⁰ **Coleção** (*collection*) - Uma reunião artificial de documentos acumulados com base em alguma característica comum, sem atentar para a sua proveniência. Não confundir com um fundo arquivístico (CIA, 2000, p. 14).

Neste sentido, consideramos que diante da pouca precisão de tais indicações, no momento da aplicação, pode ser que não se saiba que nível registrar, se o de descrição, que se encontra definido no glossário da Norma, ou o de organização, que não tem seu significado esclarecido em nenhum momento do texto e, portanto, carece de uma definição. Aliás, vale observar que a ocorrência do termo nível de descrição pode ser verificada apenas na ISAD(G), e no recentíssimo “*Subsídios para um Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*”⁵¹, obra publicada pelo Arquivo Nacional em 2004, que adota integralmente, e de forma literal, a definição adotada pela ISAD(G).

O nível de descrição transcende a toda aplicação da Norma. Daí observarmos a importância de sua fixação. Por este motivo é que julgamos conveniente que se estabeleça o que é e no que implica conceitualmente o nível de descrição, além de definir quais são eles, para que se possa adotá-los, enumerá-los e incorporá-los às práticas descritivas da arquivística brasileira de modo a alcançarmos uma maior consistência na descrição dos documentos.

Para concluir, citamos Antonia Heredia, que afirma que “nível de descrição não é outra coisa que a referência às divisões documentais às quais se aplica a descrição, tanto se se trata de divisões naturais relacionadas com o fundo (fundo, série, item documental, entre outras), como de divisões artificiais (coleção) à margem do fundo” (Heredia Herrera, 2001 b, p 45).

⁵¹ Acessível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf.

O detalhamento da descrição

Como vimos anteriormente, a norma ISAD(G) é flexível quanto ao nível de descrição ao qual se pode chegar. Não há em seu texto qualquer indicação a respeito do quanto descer na hierarquia descritiva, se até um determinado nível ou outro, mas dá a liberdade para que não se detalhe demasiadamente a descrição ou, pelo contrário, para que se subdivida cada nível conforme se julgar necessário.

Deste modo, se a decisão sobre o nível de detalhamento da descrição é livre, é importante que se leve em conta alguns fatores que podem influenciar tal decisão. Fatores estes que, a nosso ver, estão relacionados fundamentalmente com a complexidade da estrutura do fundo documental, com o seu volume, com a demanda de informação dos usuários, com o valor histórico dos documentos, e com as correntes historiográficas, além dos recursos humanos envolvidos (número e qualificação).

É evidente que a avaliação destes critérios nunca deve ser tomada de forma isolada e estanque, devido ao fato de que os fatores acima citados, normalmente, se encontram estreitamente inter-relacionados.

Portanto, ao se definir o grau de profundidade de uma descrição, deve-se analisar a complexidade de sua estrutura, considerando que, em boa parte, ela é determinada pela estrutura do produtor e pelas competências do mesmo. Quanto ao seu volume, é pertinente pensar que,

no caso de fundos pequenos, talvez seja possível chegar até uma descrição pormenorizada dos itens documentais que o compõem. Já as demandas de informação dos usuários⁵² que, em geral, se confundem com as correntes historiográficas, são elas que podem determinar, em última instância, o valor histórico dos documentos⁵³.

⁵² Sobre esta questão, afirma Antonia Heredia que “a profundidade na descrição está determinada, em boa parte, pelos diferentes níveis de informação que demandam os usuários” (Heredia Herrera, 1991, p. 52). Heloisa Bellotto também se manifesta neste sentido, dizendo que “A questão da demanda merece uma consideração mais demorada. Porque não descrever mais prontamente os núcleos documentais cujos estudos de perfil de consulta mostraram ser os mais procurados? É provável que essa demanda coincida com as temáticas que estão mais presentes na historiografia, e com a ‘nova clientela’” (Bellotto, 2004, p. 221).

⁵³ Na opinião do arquivista Saliou Mbaye, “a importância histórica dos fundos é o fator determinante para aprofundar em sua descrição” (Mbaye, 1996, p. 35).

4. CONCLUSÃO

O objetivo das discussões desenvolvidas neste trabalho foi o de abordar a descrição arquivística em face do processo de normalização descritiva internacional que teve como resultante a formulação da Norma Internacional de Descrição Arquivística, ISAD(G).

Procuramos analisar o desenvolvimento do conceito de descrição, e as alterações por ele sofridas, tendo concluído que as mesmas apenas refletiram as concepções que as sociedades tiveram dos seus arquivos ao longo do tempo. Afinal, mudam-se os tempos, mudam-se as necessidades.

Neste sentido, é oportuno observar que o advento da automação nos arquivos provocou uma transformação no modo como os arquivistas vinham cuidando de suas atribuições, sendo que a reflexão sobre a prática descritiva acabou gerando mudanças expressivas na teoria e na descrição dos documentos. Longe de anular práticas e princípios que caracterizam a Arquivística, a informática procurou se adaptar às exigências da disciplina, propiciando respostas que pudessem atender a esta nova demanda. Esta interface implicou forçosamente a utilização de normas de trabalho, pois para que fosse possível integrar uma rede ou trabalhar com um aplicativo informático se fez necessário o uso de regras comuns de atuação.

Além disso, se os arquivos usassem normas compatíveis entre si para descrição dos seus documentos, um padrão mínimo, os documentos poderiam ser recuperados com maior facilidade, além de poderem ser intercambiados em sistemas automatizados. Porém, não havendo um padrão mínimo de procedimento, as práticas locais parecem ter sido, até então, a regra ao invés da exceção.

Entretanto, mesmo diante da crescente demanda por acesso eletrônico, por rapidez e por facilidade na obtenção de informações arquivísticas, os arquivistas permaneceram por um bom tempo achando que o desenvolvimento e o uso de práticas descritivas unificadas era algo problemático. Tal postura, que retardou consideravelmente o desenvolvimento de uma norma para a descrição dos documentos, encontrou na ISAD(G) uma proposta que se propunha a atender os princípios e práticas arquivísticas, buscando consistência descritiva, fornecendo acesso a informações contextualizadas e permitindo a troca de informações entre os arquivos.

Sendo assim, a análise da primeira proposta internacional de normalização descritiva demonstrou que, a despeito dos diferentes pontos de vista acerca da ISAD(G) e de seus pressupostos, pode ser viável, e diríamos desejável, o estabelecimento e a adoção de um rol de diretrizes que possa ser usado por todos, especialmente quando este rol pode ajudar a prover um acesso mais eficaz e favorecer a troca de informações em meio digital. Além disto, a Norma promoveu um deslocamento do conceito de

descrição arquivística do arranjo físico, do controle do acervo para o acesso, potencializando, sobretudo o acesso a uma informação contextualizada.

Deste modo, a ISAD(G) contribuiu para que as duas únicas funções permanentes desempenhadas pelos arquivistas sejam cumpridas, ou seja, a preservação (física, moral, e intelectual) e a comunicação de documentos arquivísticos que, de acordo com Luciana Duranti (1993, p. 52), são o resíduo e a evidência das ações da sociedade e das transações.

5. BIBLIOGRAFIA

- ARQUIVO NACIONAL. [2004]. Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. [S.d.] **O que é normalização**. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/>. Acesso em: set. 2005.
- BELLOTTO, H. L. [1987 a]. Descrição: processo e instrumentos. **Arquivo de Rio Claro**, Rio Claro, v. 6, n. 1, p. 8-30.
- _____. [1987 b]. Descrição: processo e instrumentos (2). **Arquivo de Rio Claro**, Rio Claro, v. 6, n. 2, p. 40-49.
- _____. [1988]. Política de descrição documental. **Arquivo de Rio Claro**, Rio Claro, v. 7, n. 2, p. 24-30.
- _____. [1989]. O sentido da descrição documental. **Boletim do CMU**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 7-10.
- _____. [1996]. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiros.
- _____. [2002]. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo. (Scripta, 1).
- _____. [2004]. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2 ed. São Paulo: FGV.
- BURKE, Peter. [2003]. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CAMARGO, A. M. A. e BELLOTTO, H. L. (org.). [1996]. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo / Secretaria de Estado da Cultura.

CERRI, R. [1992]. Un ulteriore passo avanti verso gli Standard descrittivi per gli archivi: la nuova versione di "Statement of principles" e "ISAD(G)". **Archivi & Computer**, San Miniato, n. 2, p. 119-127.

CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN Y CULTURA. [2001]. **Manual de descripción multinivel**: propuesta de adaptación de las normas internacionales de descripción archivística. Salamanca: Junta de Castilla y León.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. [1998]. **ISAAR(CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**. Adotada pela Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição (Paris, França, 15-20 nov. 1995), versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. (Publicações Técnicas, 49). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/mesred.htm>. Acesso em: set. 2002.

_____. [2000]. **ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. 2 ed. Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição (Estocolmo, Suécia, 19-22 set. 1999), versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/mesred.htm>. Acesso em: set. 2002.

COOK, M. [1983]. Applying automated techniques to archives administration: a commentary on the present situation and areas of likely progress. **Journal of documentation**, v. 39, n. 2, p. 73-84.

_____. [1986]. **The management of information from archives**. Hampshire: Glover.

_____. [1992]. Description standards: the struggle towards the right. **Archivaria**: the journal of the Association of Canadian Archivists, Ottawa, n. 34, p. 50-57.

_____. [1994]. Managing Machine-Readable Archives: Progress with Description and Exchange Standards. **IASSIST QUARTERLY**, v. 18, p. 7-10. Disponível em <http://iassistdata.org/publications/iq/iq18/iqvol181-2cook.pdf>. Acesso em: jul. 2005.

CORTÉS ALONSO, V. [1991]. Archivos municipales y servicio de los documentos: la información. **Boletín de la ANABAD**, Madrid, v. 41, n. 2, p. 7-31.

COX, R. [1994] Standardizing archival practices: a tool for the information age. **Archivum**, n. 39, p. 165-180.

- CUNNINGHAM, A. [2000]. Recent development in standards for archival description and metadata. **IASA Journal**, n. 13-16, p. 14-24.
- _____. [2001]. Six degrees of separation: Australian metadata initiatives and their relationships with international standards. **Archival Science**, n. 1, p. 271-283.
- DAVIS, S. E. [2003]. Descriptive standards and the archival profession. **Cataloguing & classification quarterly**, v. 35, n. 3/4, p. 291-308.
- DELGADO GÓMEZ, A. e TORNEL COBACHO, C. [S.d.]. **Formato para la descripción de materiales de archivo**. S.l.: Archivo Municipal de Cartagena. Disponível em: <http://www.rct.com/cayetano/>. Acesso em: out. 2001.
- DESANTES, B. [1998]. Descripción de documentación fotográfica en los archivos estatales. Aplicación de las normas internacionales. **Imatge i Recerca**, Ayuntamiento di Girona, n. 5, p. 155-176.
- DUCHEIM, M. [1991]. Conclusiones. **Irargi**: revista de archivística, Vitoria-Gasteiz, n. 4, p. 469-472. Disponível em: <http://www.irargi.org/publicaciones>. Acesso em: jul. 2005.
- DUFF, W. M. e HAWORTH, K. M. [1990]. The reclamation of archival description: the canadian perspective. **Archivaria**: the journal of the Association of Canadian Archivists, Ottawa, n. 31, p. 26-35.
- DURANTI, L. [1993]. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**: the journal of the Association of Canadian Archivists, Ottawa, n. 35, p. 47-54.
- ESPOSEL, J. P. [1994]. **Arquivos**: uma questão de ordem. Niterói: Muiraquitã.
- FELIU, Miguel C. M. [1995]. ISAD(G): hacia un estándar internacional de descripción archivística. **Métodos de Información**, v. 2, n. 8, p. 27.
- FERREIRA, A. B. H. [1987]. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FONSECA, V. M. M. [2001]. **Normalização da descrição arquivística – avanços internacionais e a situação do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/mesred.htm>. Acesso em: mar. 2002.
- FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA. Brasil. [1999]. **Primer borrador de relatório sobre la situación del patrimonio documental de América**

Latina. Madrid: Fundación Histórica Tavera. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/conferencias%20mesa%20redonda/tavera.zip>. Acesso em: mar. 2002.

GALLEGO DOMÍNGUEZ, O. e LÓPEZ, P. [1991]. La descripción documental en fondos de archivos o series cerradas. **Irargi**: revista de archivística, Vitoria-Gasteiz, n. 4, p. 207-258. Disponível em: <http://www.irargi.org/publicaciones/>. Acesso em: jul. 2005.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. [1985]. Normalización general y documental: concepto, historia e instituciones. **Documentación de las Ciencias de la Información**, v. 9, p. 55-96. Disponível em <http://revistas.sim.ucm.es:2004/inf/02104210/articulos/DCIN8585110055.pdf>. Acesso em: jul. 2005.

GUERCIO, M. [1994]. Models for fostering the development of standard practices within a region or a particular country. **Archivum**, n. 39, p. 200-209.

GRUPPO di Lavoro sulle ISAAR(CPF). [S.d.]. **Sintesi di un'esperienza**. ANAI – Sezione Lazio. Disponível em: <http://www.anai.org/anai/>. Acesso em: maio 2002.

HAGEN, A. M. M. [1998]. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 293-299, set./dez. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline/270398/27039807.pdf>. Acesso em: jul. 2002.

HEREDIA HERRERA, A. [1982]. **Manual de instrumentos de descripción documental**. Sevilla: Diputación Provincial.

_____. [1987]. **Archivística general: teoría y práctica**. 2 ed. Sevilla: Diputación Provincial.

_____. [1991]. Descripción y normalización. **Boletín de la ANABAD**, Madrid, n. 2, p. 51-58.

_____. [1995 a]. **La norma ISAD(G) y su terminología análisis, estudio y alternativas**. Madrid: ANABAD / Arco.

_____. [1995 b]. Observaciones sobre la norma ISAD(G). **AABADOM**, n. 2, p. 23-26.

_____. [2000]. La nueva versión de la norma ISAD(G). **Archivamos**, n. 36-37, p. 5-11.

_____. [2001 a]. De vuelta a la norma ISAD(G): consenso para um manual. **Boletín de la ANABAD**, Madrid, n. 2, p. 81-87.

- _____. [2001 b]. Los niveles de descripción: un debate necesario en la antesala de las normas nacionales. **Boletín de la ANABAD**, Madrid, n. 4, p. 41-68.
- _____. [2002 a]. **La norma ISAD(G) “Análisis crítico”: norma internacional para la descripción archivística**. Disponível em: <http://infolac.ucol.mx/documentos/isad.pdf>. Acesso em: abr. 2002.
- _____. [2002 b]. Las normas de descripción archivística: encuentros y desencuentros. **Boletín del Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico**, n. 38, p. 142-151.
- _____. [2003 a]. **La norma ISAD(G) - análisis crítico**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo.
- _____. [2003 b]. **El principio de procedencia y los otros principios de la archivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo. (Scripta, 5).
- HILDESHEIMER, F. [1983]. **Directrices metodológicas relativas a la preparación de las guías generales de los archivos nacionales: un estudio RAMP**. Paris: Unesco.
- HOLMES, O. W. [1984]. Archival arrangement. Five different operations at five different levels. In: DANIELS, M. F. e WALCH, T. **A Modern Archives Reader: basic readings on archival theory and practice**. Washington: National Archives Trust Fund Board, p. 162-180.
- HOUAISS, A. [2001]. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. [2002]. **ISBD(G): descrição bibliográfica internacional normalizada geral**. IFLA. Disponível em: <http://www.ifla.org/VI/3/nd1/isbdlist-pt.htm>. Acesso em: jun. 2005.
- LOPEZ, A. P. A. [2002 a]. Alcance da descrição archivística e o processo de automação. **Registro**, Indaiatuba: Fundação Pró-Memória, v. 1, n. 2, p. 27-39.
- _____. [2002 b]. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: AESP / IMESP. (Projeto Como Fazer, 6).
- _____. [2002 c]. International standard of archival description: observações sobre a ISAD(G). **Revista Histórica**, São Paulo: AESP, n. 7, p. 38-46.

- SILVA, A. M. da et all. [1998]. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento. (Biblioteca das Ciências do Homem, Plural, 2).
- MARCONDES, C. H. [2001]. Representação e economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 61-70. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: jun. 2004.
- MASON, M. K. [S.d.] The changing tides of the archival descriptive process: where it is taking us on our quest for standardization. S.I.d. Disponível em: <http://www.moyak.com/researcher/resume/papers/archmkm.html>. Acesso em: out. 2005.
- MBAYE, S. [1996]. Lê controle intellectuel et l'accès aux archives. **Janus**, n. 1, p. 34-41.
- MIGUEIS, M. A. P. [1976]. Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, p. 7-20.
- MILLER, F. [1997]. Archival description. **Reference services for archives and manuscripts**, n. 56, p. 55-66.
- MURTOMAA, E. [2000]. Podría tratarse del inicio de una buena amistad: comparación de la descripción y acceso a objetos de interés entre bibliotecas y archivos Jerusalem: IFLA Council and General Conference, 66th, 13-18 Ago. Disponível em: <http://www.ifla.org/IV/ifla66/papers/>. Acesso em: jun. 2005.
- PEDERSON, A. [1994]. Unlocking hidden treasures through description: comments on archival voyages of discovery. **Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivists**, Ottawa, n. 37, p. 47-63.
- POESNER, E. [1984]. Some aspects of archival development since the French Revolution. In: DANIELS, M. F. e WALCH, T. **A modern archives reader: basic readings on archival theory and practice**. Washington: National Archives Trust Fund Board, p. 3-14.
- ROUSSEAU, J. Y. e COUTURE, C. [1998]. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- RUFÍ I PAGÈS, J. [1995]. Los modelos y la norma: fuentes de la normalización internacional de la descripción archivística. **Revista Lligall**, Barcelona, 32 p. Disponível em: http://www.arxivars.com/html/articles/pdf/cas/09_modelos.pdf. Acesso em: jul. 2002.

- SCHELLENBERG, T. R. [1959]. **Manual de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- _____. [1973]. **Arquivos modernos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- _____. [1980]. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- _____. [1984]. Archival principles of arrangement. In: DANIELS, M. F. e WALCH, T. **A modern archives reader: basic readings on archival theory and practice**. Washington: National Archives Trust Fund Board, p. 149-161.
- SILVA, J. A. [1998]. Descrição multinível: regras da descrição multinível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10º, 1994, São Paulo: AAB-SP. (cd-rom).
- SMIT, J. W. [1998]. **A disponibilização da informação institucionalizada: condicionantes e perspectivas**. São Paulo, 11 p. (mimeo).
- STIBBE, H. [1992]. Implementing the concept of fonds: primary access point, multilevel description and authority control. **Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivists**, Ottawa, n. 34, p. 109-137.
- _____. [1997]. Archival descriptive standards and the archival community: a retrospective, 1996. **Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivists**, Ottawa, n. 41, p. 259-274.
- _____. [1998]. A experiência canadense e a ISAD(G). Rio de Janeiro. Trab. Apres. no Seminário de Descrição Arquivística, Rio de Janeiro, 1998.
- TARRAUBELLA I MIRABET, X. [1998]. Los archivos y sus usuarios. **Revista Lligall**, Barcelona, n. 12, p. 190-204. Disponível em: http://www.arxivers.com/idadmin/docs/12_15_art_cast-jNEq27T.pdf. Acesso em: jul. 2005.
- VITALI, S. [1994]. Il dibattito della descrizione: aspetti teorici e prospettive in Italia. **Archivi & Computer**, San Miniato, n. 4, p. 303-323.
- WEBER, L. [1989]. Archival description standard: concepts, principles, and methodologies. **American Archivist**, Chicago, n. 52, p. 504-513.
- ZAZO, J. L. B. [2000]. La normalización: base del análisis documental en los archivos. **Scire**. n. 6, p. 55-75.